

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

2010/2011



TII

AMAZÔNIA AZUL: ESPAÇO GEOPOLÍTICO DO BRASIL NO ATLÂNTICO

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM, DOUTRINA OFICIAL DA MARINHA DO BRASIL / DO EXÉRCITO BRASILEIRO / DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA.

RICARDO LUIZ DE NOVAES MONIZ DE ARAGÃO
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Marinha do Brasil)



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**AMAZÔNIA AZUL:
ESPAÇO GEOPOLÍTICO DO BRASIL NO ATLÂNTICO**

RICARDO LUIZ DE NOVAES MONIZ DE ARAGÃO
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Marinha do Brasil)

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Lisboa 2011



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**AMAZÔNIA AZUL:
ESPAÇO GEOPOLÍTICO DO BRASIL NO ATLÂNTICO**

RICARDO LUIZ DE NOVAES MONIZ DE ARAGÃO
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Marinha do Brasil)

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Orientador: Capitão-de-Mar-e-Guerra RUI MANUEL RAPAZ LÉRIAS

Lisboa 2011



Agradecimentos

Gostaria de agradecer inicialmente ao Professor Dr. Luiz Alberto Moniz Bandeira, eminente estudioso de relações internacionais, e ao Contra-Almirante (R1) Reginaldo Reis, Chefe do Departamento de Ensino da Escola de Guerra Naval, pelas entrevistas concedidas que me permitiram colher importantes ideias para o presente trabalho de investigação.

Ao meu irmão, José Roberto, agradeço pelas sugestões apresentadas e pela revisão geral do texto do trabalho.

Ao Comandante Rapaz Lérias agradeço pelas orientações sempre oportunas, desde o momento em que iniciei o curso no Instituto de Estudos Superiores Militares.

À minha querida Ana Beatriz e aos nossos filhos, Bernardo e Marcela, agradeço pela dedicação, estímulo, apoio e confiança constantemente demonstrados.

Muito Obrigado.



Índice

Agradecimentos	i
Índice	ii
Resumo	iv
Abstract	v
Palavras-Chave	vi
Lista de Abreviaturas	vii
Introdução	1
– Justificativa do trabalho de investigação	1
– Objecto do trabalho e sua delimitação	2
– Objectivos do trabalho	3
– Procedimento metodológico	3
– Organização do trabalho	4
1. Uma abordagem sobre Geopolítica	6
a. O surgimento da Geopolítica como ciência	6
b. As Teorias Geopolíticas Clássicas	8
(1) A Teoria do Poder Marítimo	8
(2) A Teoria do Poder Terrestre	10
c. Síntese sobre a importância histórica do mar na formação do Brasil	11
d. A geopolítica e a evolução do espaço marítimo brasileiro	15
e. Considerações parciais	18
2. A importância geopolítica da “Amazônia Azul”	20
a. A conformação da “Amazônia Azul”	20
b. O Tráfego Marítimo como factor fundamental para o Brasil	22
c. O petróleo da “Amazônia Azul” como factor geoestratégico.	24
d. Considerações parciais	28
3. “Amazônia Azul” e os desafios no domínio da Defesa	30
a. A Política de Defesa do Brasil	30
b. O Brasil e outros actores influentes com interesses no Atlântico Sul	31
c. Referência à economia brasileira e a sua relação com a Defesa	34
d. O Brasil e a defesa da “Amazônia Azul”: desafios	35
e. Considerações parciais	42
Conclusões	44
Bibliografia	47



Apêndices:

Apêndice A - Aspectos atinentes à Ciência Geopolítica	A-1
Apêndice B - As principais LCM que cruzam as águas da “Amazônia Azul”	B-1
Apêndice C - “Trampolins Insulares” no Atlântico Sul	C-1
Apêndice D - Acordos e tratados internacionais voltados para a Segurança e Defesa na América do Sul	D-1
Apêndice E - Percurso Metodológico	E-1

Anexos:

Anexo I - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul	I-1
Anexo II - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	II-1

Figuras e gráficos:

Figura nº 1 - Representação gráfica da área da “Amazônia Azul”	21
Gráfico nº 1 - Reservas provadas de petróleo no mar, em milhões de barris	26
Gráfico nº 2 - Produção de petróleo, em mil barris por ano	27
Gráfico nº 3 - Taxa de crescimento do PIB de grandes economias mundiais	35
Figura nº 2 – “Trampolins Insulares” no Atlântico Sul	B-2
Figura nº 3 - Representação geográfica espacial da ZOPACAS	I-1
Figura nº 4 - Representação geográfica espacial da CPLP	II-1



Resumo

Em 2004 era empregada, pela primeira vez, a expressão “Amazônia Azul” para designar parte da área marítima no Atlântico Sul sob domínio soberano do Brasil, estabelecida em conformidade com os preceitos da “III Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar”. Esta convenção deu origem ao mais importante documento que rege, no âmbito da ordem mundial, a questão dos direitos e deveres relacionados ao mar.

A expressão “Amazônia Azul” foi concebida pela Marinha do Brasil, com o propósito inicial de conscientizar a Nação Brasileira sobre a importância que o mar tem para o País sob o ponto de vista geopolítico que abrange, dentre outros, os factores histórico, económico, estratégico e político. Sob o enfoque da Ciência Geopolítica, constata-se que o Brasil constitui-se, ao mesmo tempo, como um país continental e marítimo. Neste contexto, a maritimidade mostra-se como um factor fundamental para o Brasil tanto ao longo da sua história, quanto no presente e no que se prospecta para o futuro. Assim, este trabalho de investigação tem como objecto de análise o factor marítimo, representado pela “Amazônia Azul”, com ênfase no domínio da Defesa.

O trabalho é desenvolvido segundo o método lógico-dedutivo. Partindo-se das teorias geopolíticas clássicas, passa por uma breve referência histórica que evidencia a influência do mar na formação do Brasil. Em seguida, procura demonstrar a importância de determinados elementos geopolíticos relacionados à “Amazônia Azul” para o desenvolvimento económico e social do Brasil. Dentre tais elementos são destacados o petróleo e o tráfego marítimo.

Em remate, o trabalho pretende demonstrar a necessidade do Brasil estar em condições de defender seus legítimos interesses na “Amazônia Azul”, com foco na preparação e fortalecimento do seu Poder Naval. Neste sentido, é mostrado que o grande desafio que se coloca ao Brasil, em termos tecnológicos, é a obtenção do submarino nuclear de ataque.

A base institucional empregada no trabalho é a Política de Defesa Nacional brasileira e a sua decorrente Estratégia de Defesa. Portanto, não trata o presente trabalho de uma opinião pessoal, embora reflecta ideias próprias.

A conclusão apresenta uma síntese dos pontos principais do trabalho, uma consolidação dos desafios que o Brasil deve superar para assegurar a soberania sobre a “Amazônia Azul” e uma consideração de ordem prática.



Abstract

In 2004 it was used for the first time, the expression "Blue Amazon" to designate part of the maritime area in the South Atlantic in Brazil's sovereign rule, established in accordance with the precepts of the "Third United Nations Convention on the Law of the Sea." This agreement gave rise to the most important document that governs within the world order, the question of rights and duties related to the sea.

The term "Blue Amazon" was conceived by the Brazilian Navy, whose initial purpose is to increase awareness to the Brazilian Nation about the importance the sea has to the Country under the geopolitical point of view that encompasses, among others, historical factors, economic, strategic and political. Under the focus of Geopolitical Science, it appears that Brazil is simultaneously, a continental and a maritime country. In this context, the sea shows up as a key factor for both in Brazil throughout its history, as well as in present and in the future, as it can be foreseen. Thus, this research work examines the maritime factor, represented by "Blue Amazon", with emphasis in the domain of Defense.

The work is developed according to the deductive logical method. Starting from the classical geopolitical theories, goes through a brief historical reference that highlights the influence of the sea in the formation of Brazil. It then attempts to demonstrate the importance of certain geopolitical factors related to the "Blue Amazon" to the economic and social development of Brazil. Among such factor are highlighted oil and maritime traffic.

Finally, the work attempts to demonstrate the need for Brazil to be able to defend its legitimate interests in the "Blue Amazon" with a focus on preparing and strengthening its Naval Power. In this sense, it's shown that the major challenge Brazil faces, in technological terms, is obtaining the nuclear attack submarine.

The institutional basis used in the study is the Brazilian National Defense Policy and its resulting Defense Strategy. Therefore, this work is not a personal opinion, though it reflects our own ideas.

The conclusion summarizes the main points of work, a consolidation of the challenges that Brazil must overcome to ensure the sovereignty over the "Blue Amazon" and a practical consideration.



Palavras-Chave

Brasil, Geopolítica, Teoria do Poder Marítimo, CNUDM, Amazônia Azul, Marinha do Brasil, Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Submarino Nuclear de Ataque Brasileiro.



Lista de Abreviaturas

AJB - águas jurisdicionais brasileiras
AMAS - Área Marítima do Atlântico Sul
AMRJ - Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (Brasil)
ANP - Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasil)
CLPC - Comissão de Limites da Plataforma Continental (Organização das Nações Unidas)
CNUDM - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
END - Estratégia Nacional de Defesa (Brasil)
EUA - Estados Unidos da América
FAB - Força Aérea Brasileira
FFAA - Forças Armadas brasileiras
HIP - hipótese
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Brasil)
LCM - linhas de comunicações marítimas
MB - Marinha do Brasil
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia (Brasil)
MD - Ministério da Defesa (Brasil)
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Brasil)
MN - milhas náuticas
MRE - Ministério das Relações Exteriores (Brasil)
MT - mar territorial
NAe - Navio Aeródromo
ONU - Organização das Nações Unidas
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PC - plataforma continental
PDN - Política de Defesa Nacional (Brasil)
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A. (Brasil)
PIB - Produto Interno Bruto
QC - Questão Central
QD - Questão Derivada



RI – relações internacionais

SNBR - Submarino Nuclear de Ataque Brasileiro

TM - tráfego marítimo

UE - União Europeia

UNASUL - União de Nações Sul-Americanas

ZC - zona costeira

ZEE - zona económica exclusiva

ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



“O mar deu a Portugal prosperidade, glória e poder. E foi naquele momento em que implantando seu império ultramarino – base do Poder Marítimo – que o Brasil nascia do mar e, em seu destino manifesto, tem que viver pelo mar, não lhe podendo, pois virar as costas.” (Castro, 1996: 43).

Prof^a Therezinha de Castro

Introdução

Pensar sobre a importância que o mar tem para o desenvolvimento estratégico, económico e social do Brasil é uma tarefa edificante e complexa. Neste sentido, realizar, no presente, um trabalho de investigação, em termos académicos, sobre o mar em relação ao País, significa “mergulhar nas águas” da “Amazônia Azul”¹.

Tal expressão foi concebida acerca de sete anos atrás, no âmbito da Marinha do Brasil (MB), para designar a área marítima de parte do Atlântico Sul que é do exclusivo domínio do Brasil, por força da entrada em vigor da “Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar” (CNUDM), ratificada pelo Estado Brasileiro em 1988. Na realidade, este nominativo representa uma ideia-conceito que tem como propósito despertar a Nação Brasileira para a importância que o mar tem para o País, em face das vultosas riquezas nele existentes e da extensão deste património, “*o mar que nos pertence, a Amazônia Azul*” (Vidigal *et al*, 2006: 18).

– Justificativa do trabalho de investigação

O presente tema reveste-se da mais alta relevância para o Brasil, pois envolve interesses estratégicos não só do tempo presente, mas principalmente de um futuro que se prospecta auspicioso. Na realidade, a “Amazônia Azul” ainda é desconhecida da maior parte dos brasileiros, o que nos leva a uma outra razão para escrever sobre o tema, qual seja, a necessidade de divulgá-lo.

Outro aspecto fundamental reside no facto de ser este tema o ponto fulcral para o planeamento estratégico da MB. Ora, segundo o que afirma o insigne Almirante-de-Esquadra Mauro César Rodrigues Pereira, ex-Ministro da Marinha: “*a estratégia, em seu sentido clássico, cuida do grande jogo de forças militares, com o propósito de estarem prontas a sobrepujar outras forças antagónicas ou neutralizá-las, ao menos*”. Pontua ainda o autor que “*a estratégia preserva-se para os aspectos essencialmente militares*”

¹ A expressão “Amazônia Azul” está registada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial brasileiro, como evento cultural e político oficial da Marinha do Brasil.



(2008: 1). Assim, ao investigar e escrever sobre a “Amazônia Azul” invariavelmente, estaremos versando não só sobre o seu valor estratégico para o Brasil, como também sobre os aspectos militares existentes em relação a esta área, perante os quais a MB, por natural vocação, tem um papel decisivo.

Desta forma, o tema do presente trabalho tem como título: **“Amazônia Azul: espaço geopolítico do Brasil no Atlântico”**.

– **Objecto do trabalho e sua delimitação**

O trabalho tem como objecto de investigação a apresentação e análise dos principais factores geopolíticos e geoestratégicos que envolvem o espaço marítimo no Atlântico Sul, sob a soberania do Brasil.

Quanto à abordagem, o trabalho pautar-se-á pela análise dos seguintes aspectos, como forma de delimitação:

- Esta introdução, por meio da qual pretende-se chamar a atenção para a importância e pertinência do tema;
- Síntese das teorias geopolíticas clássicas relacionadas aos poderes marítimo e terrestre, com ênfase na Teoria do Poder Marítimo;
- Apresentação de uma breve referência sobre os factos históricos relacionados à importância do mar para a formação do Brasil como estado e nação;
- Estudo da evolução do espaço marítimo brasileiro, sob a contextualização das teorias geopolíticas analisadas, com a subsequente apresentação do conceito “Amazônia Azul”, à luz da CNUDM;
- Estudo da importância da produção de petróleo e do tráfego marítimo (TM) como elementos geopolíticos, demonstrando que podem tornar-se factores potenciais de vulnerabilidade para o Brasil, se não forem salvaguardados;
- Análise dos documentos basilares, estabelecidos a nível político, nomeadamente a Política de Defesa Nacional (PDN) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), *vis-à-vis* com o conceito da “Amazônia Azul”;
- Análise do papel que cabe à MB, no contexto da Defesa no mar, em face dos factores potenciais de vulnerabilidade anteriormente apontados;
- Análise dos desafios a serem superados pelo Brasil e pela MB para permitir que o País esteja em condições de possuir um Poder Naval compatível com as suas necessidades estratégicas;

- Conclusão do trabalho, com a apresentação de uma síntese retrospectiva das linhas de procedimentos seguidas, dos contributos alcançados em relação ao tema proposto e de uma consideração de ordem prática.

– **Objectivos do trabalho**

Foram estabelecidos os seguintes objectivos de investigação:

- A análise dos aspectos fundamentais relacionados às teorias geopolíticas clássicas, com ênfase na Teoria do Poder Marítimo; factos históricos significativos; e, condicionantes jurídico-legais atinentes à conformação da área marítima sob jurisdição e soberania brasileira;
- A análise dos principais factores geopolíticos presentes no mar, especialmente o petróleo e o TM, demonstrando que estes são essenciais para o desenvolvimento económico e social do Brasil;
- O apontamento dos principais desafios, em termos prospectivos, a serem superados pelo Brasil, com ênfase no fortalecimento do seu Poder Naval, ao se visar o propósito de garantir a soberania sobre a “Amazônia Azul”.

– **Procedimento metodológico**

Como fio condutor do presente trabalho de investigação foi definida a seguinte Questão Central (QC):

“Quais são os desafios a serem superados pelo Brasil, no domínio da Defesa, para garantir a soberania sobre a “Amazônia Azul”, como seu espaço geopolítico?”

Desta Questão Central, resultam as seguintes Questões Derivadas (QD):

- QD 1 – Qual é a importância das teorias geopolíticas clássicas na concepção do conceito “Amazônia Azul” ou esta ideia não passaria de um mito?
- QD 2 – Quais são os reais interesses do Brasil e, por outro lado, qual é o factor condicionante essencial em relação à “Amazônia Azul”?
- QD 3 – Que desafios se colocam perante o País e como o Estado Brasileiro e, em especial, a MB podem superá-los para garantir o domínio soberano sobre a “Amazônia Azul”?

Para responder a estas QD foram formuladas as seguintes hipóteses (HIP):

- HIP 1 – Constata-se que o emprego das teorias geopolíticas clássicas, associadas a determinados factores da História do Brasil, permitiram a base científica para a criação do conceito “Amazônia Azul”, sem o que, esta ideia

seria configurada apenas como um posicionamento corporativo que, por conseguinte, não teria como sustentar-se. Assim, apesar de a expressão ter sido cunhada inicialmente no âmbito restrito da MB, a “Amazônia Azul” não é um mito. É uma realidade geopolítica que detém factores que poderão contribuir decisivamente para o Bem Comum (Brasil, 1999: 30) da Nação Brasileira.

- HIP 2 – Constata-se que a “Amazônia Azul” emerge como uma fonte estratégica para o desenvolvimento económico e social do Brasil, em face dos recursos energéticos, reais e potenciais, existentes nesta área, bem como pelas riquezas que cruzam suas águas constantemente através do TM. Assim, a manutenção da soberania sobre tal área marítima configura-se como essencial para o Brasil;
- HIP 3 – Verifica-se que há desafios no campo da Defesa que o Brasil e, especialmente a MB, necessitam superar, para assegurar a defesa e dissuadir pressões que venham a incidir sobre o domínio soberano da “Amazônia Azul”. Esta questão requer do Estado Brasileiro um decidido posicionamento político para que os legítimos interesses estratégicos da Nação, nesta área, possam ser garantidos.

Com base na QC, procurou-se realizar uma investigação académica relacionada ao objecto deste trabalho, por meio do emprego de livros, revistas especializadas em assuntos de defesa e marítimos, artigos da imprensa, trabalhos académicos, diplomas legais, *sites* da Internet e entrevistas com especialistas em estratégia e relações internacionais (RI).

Ao longo do desenvolvido do presente trabalho de investigação foi empregada a Metodologia de Investigação Científica (MIC) constante da NEP nº DE 218, de 14 de Outubro 2010 do IESM. Ressalta-se que foi seleccionado o método lógico-dedutivo para o desencadeamento das ideias, partindo-se da QC e das três questões desta derivadas.

Em síntese, como o tema é muito vasto, pretende-se focalizar a importância geopolítica e geoestratégica da “Amazônia Azul” para o desenvolvimento económico e social do Brasil, bem como os desafios e acções que visem garantir o domínio soberano desta área pelo País, particularmente no campo da Defesa.

– **Organização do trabalho**

O trabalho está estruturado em cinco partes. Nesta primeira parte, apresentada à guisa de introdução, procurou-se demonstrar a importância em abordar-se o tema, a sua motivação e como pretende-se desenvolver a investigação.



Em seguida, o primeiro capítulo trata dos fundamentos das teorias geopolíticas clássicas, com ênfase na Teoria do Poder Marítimo, passando por uma breve referência sobre a importância do mar na História do Brasil, até chegar-se à concepção da ideia-conceito referenciada e a importância em divulgá-la.

No segundo capítulo procura-se demonstrar a conformação da área marítima brasileira, estabelecida de acordo com os preceitos da CNUDM; a importância dos principais factores geopolíticos relacionados ao mar; e, como a falta de um domínio sobre tais factores poderia levar o Brasil a uma situação insustentável, sob o ponto de vista de seus interesses vitais.

No terceiro capítulo apresentam-se os desafios que devem ser superados pelo Brasil, especialmente no domínio da Defesa, a fim de que o País possa atingir condições credíveis, para assegurar a soberania sobre a “Amazônia Azul”.

Finalmente, na Conclusão, procura-se demonstrar uma síntese das ideias construídas ao longo do trabalho de investigação, com o propósito de responder à QC e a apresentação de uma consideração de ordem prática.



1. Uma abordagem sobre Geopolítica

a. O surgimento da Geopolítica como ciência

Os relacionamentos entre as civilizações existem desde que as unidades políticas dos Estados, a partir da Antiguidade, começaram a interagir na defesa de seus interesses, o que se poderia dar em termos de cooperação ou de guerra. Pode-se considerar que cretenses, fenícios, gregos e persas, no alvorecer da História, disputaram, em terra e no mar, objectivos comerciais e estratégicos.

Desde a mais remota antiguidade, o homem vem-se dedicando ao estudo dos factores geográficos. Aristóteles (384-322 a.C.) observava a estreita dependência da Ciência Política com a Geografia (Tosta, 1984:1).

No correr da história, o Papa Júlio II aprovava em 1506 o “Tratado de Tordesilhas”, estabelecido em 1494 entre os Reinos de Portugal e de Espanha. Este Tratado foi considerado, posteriormente, como sendo a primeira obra geopolítica de dimensão global até então realizada (Tosta, 1984: 4). Era notável que os interesses da Coroa Portuguesa prendiam-se, de forma antecipada, a uma parte do globo que incluía um território de dimensões continentais, a ser oficialmente descoberto, que viria a tornar-se o Brasil.

A Paz de Vestefália de 1648 veio marcar o surgimento do estado politicamente moderno no mundo da cultura judaico-cristã. O estado, assim idealizado, teria que promover a paz e garantir o bem-estar de suas populações, passando a deter a exclusividade do uso da força para a defesa dos interesses nacionais.

Em 1748, Montesquieu (1689-1755), ao publicar sua grande obra “*L’Esprit de Loi*”, apresentava uma síntese do que seria um dos pilares da futura Ciência Geopolítica: “*os mares aproximam, as cadeias de montanha afastam*” (Tosta, 1984: 1).

No final do século XIX, iniciaram-se os estudos acerca da influência dos factores geográficos no desenvolvimento e no destino das nações. A partir de 1880, as obras do geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel passaram a ser divulgadas, dentre as quais destacam-se: “*Anthropogeographie*” (1882-1891) e “*Politische Geographie*” (1ªed. 1897). Ratzel é considerado o grande precursor da Geopolítica, embora nunca houvesse utilizado este termo.

As ideias de Ratzel apoiavam-se na influência decisiva exercida por dois factores geográficos em relação a todos os fenómenos políticos: o “espaço”, designado de *raum* e a sua “posição”, denominada de *lage*. O “espaço” foi definido por suas características de extensão, forma, clima e relevo. A “posição” foi entendida como a situação geográfica do espaço sobre a Terra, condicionando as relações do estado (Tosta, 1984: 9). Ratzel adoptou

ainda a concepção do estado como um “organismo vivo”, que possui uma área nuclear compacta a partir da qual pode expandir-se espacialmente, dependendo da visão dos estadistas e da mobilidade e adaptabilidade do seu povo. O último elemento do estado, segundo o sábio ensinamento de Ratzel, era a sua linha periférica ou a fronteira, definida como “*um ato de vontade política*” (Mattos, 1990: 6). A fronteira representa os limites onde o estado exercerá sua soberania e constitui-se sempre como uma área sensível, seja ela terrestre, marítima ou aérea (Silva, 2007: 10).

Em 1899, o sueco Rudolph Kjellen, professor de Geografia e de Ciências Políticas da Universidade de Upsalla (Suécia), empregou pela primeira vez o vocábulo “Geopolítica” em uma conferência universitária. Fundou-a como um ramo da Ciência Política. A definição sobre Geopolítica por ele empregada era: “*Ciência que estuda o estado como organismo geográfico, como fenómeno localizado em certo espaço da Terra.*” (Mattos, 1990:10).

Kjellen dividiu a Política nos cinco elementos formadores do Estado: território, povo, economia, sociedade e governo. Concluiu que a Geopolítica é o ramo da Política que estuda os fenómenos políticos influenciados pelo solo e território. Este, por conseguinte, é considerado sob os seguintes aspectos:

- Posição, tamanho e forma;
- Situação em relação ao mar e aos outros estados (centros de poder);
- Mudanças na situação em virtude do aumento de poder de um estado vizinho,
- História emanada do passado geográfico e seu objectivo na Política Externa.

Para Kjellen, um estado só poderia ser reconhecido como possuidor de um grande poder real quando satisfizesse a três condições: grande espaço, liberdade de movimentos e coesão interna (Tosta, 1984: 18).

De facto, não há como se opor à influência dos factores geográficos, como elementos concretos na formulação das políticas dos estados (Mattos, 1990: 23).

Assim, com base no estudo da Geopolítica é que se pode admitir uma “Geopolítica da Amazônia”, uma “Geopolítica da Antártica” e até mesmo, uma “Geopolítica da Fome”, como foi apresentada em conotação trágica por Josué de Castro (Tosta, 1984:29). Neste contexto, poder-se-ia estudar e propor uma “Geopolítica brasileira para o Atlântico Sul”, tendo como foco a “Amazônia Azul”.



b. As Teorias Geopolíticas Clássicas

Foi em época contemporânea à definição da Geopolítica como ciência, no final do século XIX, que outros estudiosos produziram obras clássicas justamente sobre este tema, ainda hoje empregadas mundialmente como referências na condução das acções políticas dos estados. O primeiro destes estudiosos foi o Almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan que formulou a “Teoria do Poder Marítimo”.

Bem mais tarde, em 1904, o eminente geógrafo inglês Halford John Mackinder conceberia a “Teoria do Poder Terrestre”, em contraponto às ideias defendidas por Mahan. Seus estudos e explicações de conceitos encaixavam-se no contexto dos temas geopolíticos mundiais do início do século XX.

(1) A Teoria do Poder Marítimo

Alfred Thayer Mahan viveu de 1840 a 1914. Nasceu e cresceu na Academia Militar de *West Point*, Estados Unidos da América (EUA), onde seu pai era Professor de Arte da Guerra e Engenharia Militar. Serviu na Marinha dos EUA, de 1856 a 1896, tendo sido promovido em 1906, já na reserva, ao posto de Contra-Almirante.

A rigor, Mahan não imaginou que criaria uma teoria que se encaixaria perfeitamente na Geopolítica clássica, tampouco tinha conhecimento deste novo ramo do conhecimento, como ciência. Esta só seria sistematizada por Rudolph Kjellen, 26 anos depois do lançamento da principal obra de Mahan: *The Influence of Sea Power upon History 1660 – 1783*. Com efeito, a grande pesquisadora brasileira, Prof.^a Therezinha de Castro, apontaria que Mahan foi um dos precursores da Geopolítica.

Mahan viveu e realizou sua profunda pesquisa histórica, nas quais baseou sua teoria na Época Vitoriana. Com isto, teve a oportunidade de acompanhar os grandes acontecimentos que concorreram para o crescimento do poderoso Império Britânico. Certamente ficou muito impressionado ao verificar que partindo de uma pequena ilha, a arrojada nação inglesa conseguira estabelecer o maior império mundial de todos os tempos, graças ao seu Poder Marítimo (Tosta, 1984: 36). Tomava sempre como paradigma a Inglaterra para demonstrar que a grandeza de uma nação residia no seu poder marítimo, fonte de onde emanava todo o poder nacional. Considerava fundamental e determinante que uma nação tivesse o controlo sobre as linhas de comunicações marítimas (LCM). Estas linhas seriam essenciais para fazer fluir as mercadorias entre os vários pontos do território nacional, na articulação logística de um país, ao mesmo tempo que deveriam ser empregadas como o principal meio para trocas comerciais internacionais, no fluxo de importações e exportações. As LCM, em tempo de guerra, poderiam tornar-se de grande



importância para a segurança nacional, ao assegurarem o trânsito de tropas, materiais bélicos, matérias-primas e produtos estratégicos indispensáveis ao chamado “esforço de guerra” (Tosta, 1994: 44).

A existência de uma poderosa marinha mercante para transportar bens e realizar as trocas comerciais, inicialmente subentendida pela existência de colônias destinadas à produção de matérias-primas e a posse de bases navais estrategicamente posicionadas no globo terrestre, destinadas ao apoio naval, constituíam o que se convencionou chamar de “*triângulo mahaniano*”, elementos considerados fundamentais para o desenvolvimento do estado norte-americano. Defendia ainda que todos estes elementos deveriam ser protegidos por uma também poderosa Marinha de Guerra, capaz de controlar o mar (Almeida, 2010: 158).

De facto, Mahan efectivamente desejava influenciar tanto a classe política dos EUA, quanto a opinião pública sobre o fundamental papel do Poder Marítimo para o desenvolvimento de seu País. Depreende-se desta ideia, a importância que a mentalidade marítima tem para um povo, e como esta deve ser obstinadamente defendida, principalmente quando encontra-se adormecida, como é o caso do Brasil.

Mahan defendia o princípio de que a expansão política, económica e cultural tem-se constituído no principal fundamento da grandeza nacional e que para apoiar um sólido programa de expansão, o estado deve ter acesso à riqueza acumulada. Esta, por seu turno, depende de um comércio exterior intenso e crescente que só pode ser mantido por uma grande marinha mercante. Demonstrou que esses bens exigem protecção que só poderá ser garantida por uma forte armada, o Poder Naval, apoiado por bases estrategicamente posicionadas (Tosta, 1994: 39). Realmente Mahan defendia a ideia de que os EUA deveriam adquirir, conquistar ou controlar novas possessões para instalação de bases navais, portos, ilhas, estreitos e pontos de passagem de navegação, todos situados em determinadas posições estratégicas da superfície terrestre, cuidadosamente por ele esquadrinhada. De facto, o Estado Norte-americano acatou as ideias de Mahan e conquistou essas posições estratégicas, dentre as quais citam-se, no Caribe, que deveria concretizar-se como um grande lago norte-americano, o Canal do Panamá, passagem fundamental de navios entre duas massas oceânicas. No Oceano Pacífico, a conquista do Haváí era considerada uma posição sem rivais no Pacífico Norte, dada a sua importância estratégica. No mesmo sentido, os EUA adoptaram integralmente as ideias de Mahan, quando este defendeu a existência de uma Marinha de Guerra poderosa, que tivesse como tarefa essencial a capacidade de controlar o mar e dominar as LCM.



Cabe ressaltar que Mahan considerava, no contexto de sua teoria, que o desenvolvimento do Poder Marítimo fundamenta-se nos seguintes factores:

1. Posição geográfica;
2. Conformação física;
3. Extensão territorial;
4. Carácter nacional; e
5. Instituições governamentais.

Os três primeiros elementos referem-se a condicionantes geográficos. O quarto refere-se a factor essencial que a sociedade de um país deveria possuir. O último elemento refere-se à visão política do governo de um estado voltado para favorecer o desenvolvimento do poderio naval e marítimo (Tosta, 1994: 40). Estes cinco elementos confirmariam a teoria de Mahan como uma interpretação geopolítica, tendo o mar um papel central, fundamental e definitivo (Almeida, 2010: 157).

A Teoria do Poder Marítimo de Mahan teve influência directa na política estratégica adoptada pelos EUA, o que levou esta Nação a conquistar, a partir do término da Primeira Grande Guerra, a posição de liderança incontestável que hoje detém.

(2) A Teoria do Poder Terrestre

Halford John Mackinder nasceu em 1861, na Inglaterra, tendo vivido até 1947. Foi um destacado geógrafo, diplomata e renomado professor-conferencista das Universidades de Londres e de Oxford.

Mackinder identificava nos mapas e nas fronteiras entre os países, a explicação para os acontecimentos internacionais. Foi assim que em 1904 surpreendeu a comunidade científica com sua teoria sobre o poder mundial baseada na ocupação do “*heartland*”, por uma única potência. De acordo com sua visão global do mundo, haveria uma nítida interdependência nos acontecimentos físicos, económicos e militares que se processam na superfície do globo e que, portanto, existiria um sistema fechado, no qual cada choque, cada desastre repercutiria nas regiões antípodas e delas poderia voltar aos pontos de origem (Mattos, 1990: 19). Suas concepções geopolíticas fundamentadas nos sólidos conhecimentos que possuía de geografia, história e política, encontrando-se expostas em dois clássicos trabalhos: *The Geographical Pivot of History*, divulgado em 1904; e *Democratic Ideals and Reality*, publicado em 1919. Seus engendrados estudos demonstraram que 9/12 da superfície da Terra são constituídas por águas e que apenas os restantes 3/12 são abrangidas pelas terras emersas. Destas, 2/12 formam o antigo continente, Europa, Ásia e África, cujo conjunto foi designado por Mackinder como “*Ilha*



do Mundo”, área que abrigaria a maior parte do poder terrestre. As restantes terras emersas, compostas pelas Américas e Austrália, comporiam o que chamou de “*Ilhas do Exterior*” (Tosta, 1984: 49).

Baseando-se na amalgamação da massa continental europeia em torno de uma área central, designada como “*área pivô*” ou “*heartland*”, Mackinder concluiu que o estado que a dominasse poderia expandir-se em todas as direcções rumo ao mar, em busca da incorporação das faixas litorâneas da imensa massa euro-asiática (Silva, 2007:11). A sua teoria pode ser sintetizada na seguinte visão de carácter expansionista: “*quem dominar a Europa Oriental, controlará o Coração Continental – o heartland, quem dominar o Coração Continental, controlará a Ilha Mundial, quem dominar a Ilha Mundial, controlará o Mundo*” (Tosta, 1984: 53). Parte da Rússia ocidental era considerada como o “*heartland*”. Para Mackinder, as inovações tecnológicas do transporte representadas por ferrovias transcontinentais permitiriam uma mobilidade muito maior ao Poder Terrestre em relação ao Poder Marítimo, o que acarretaria a hegemonia daquele, no domínio mundial (Almeida, 2010:157).

De certa forma, pode-se considerar que a teoria de Mackinder apresentava-se como um contraponto à Teoria do Poder Marítimo de Mahan, ao supostamente considerar que a importância da navegação marítima no mundo havia encerrado e que não teria mais a importância que teve ao longo do século XIX, sob a égide da Inglaterra. Constata-se, entretanto, que esta concepção não se concretizou perante a dimensão histórica actual, pois o TM é considerado um dos pilares do mundo globalizado.

Neste mesmo sentido, pode-se afirmar que o Poder Naval continua sendo um factor fundamental para garantir a soberania dos estados, principalmente quando há choques de interesses económicos, políticos e estratégicos no mar e em águas arquipelágicas.

O Apêndice A aborda outros aspectos relacionados à Geopolítica.

c. Síntese sobre a importância histórica do mar na formação do Brasil

Portugal, a nação europeia de pequenas dimensões territoriais, tornar-se-ia uma potência marítima global de primeira grandeza, facto até hoje não igualado na história mundial. Coube ao Infante D. Henrique, conhecido como “O Navegador”, a partir do legendário Promontório de Sagres, a honra de ter sido o condutor da competente política marítima portuguesa. Foram os nautas portugueses que durante mais de 200 anos, no período denominado de “Era dos Descobrimentos”, ao longo dos séculos XV e XVI, que



abriram novos caminhos no mar, exploraram fontes de riquezas e descobriram novas terras (Albuquerque, 2006: 46).

O nascimento do Brasil como nação deu-se em decorrência desta epopeia marítima, quando o Capitão-Mor Pedro Álvares Cabral, no comando da Segunda Armada da Índia, chegou ao Monte Pascoal (litoral sul do Estado da Bahia) em 22 de Abril de 1500. A partir da terra recém-descoberta, Cabral determinou o regresso de uma caravela com a notícia do descobrimento ao Rei de Portugal. Do Tejo, já navegava Gonçalo Coelho, para realizar o reconhecimento da terra recém-descoberta, desde do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco até Cananeia, São Paulo (Ribeiro, 2006: 20).

Em breve síntese pode-se afirmar que Portugal decidiu dar início à colonização da nova terra a partir do mar com a expedição de Martim Afonso de Sousa, ao criar as duas primeiras vilas: São Vicente, que daria origem à cidade de Santos e Piratininga, origem da actual metrópole de São Paulo. Seguiu-se a decisão portuguesa de manter a colonização por meio da criação das capitanias hereditárias, destinadas à propriedade particular de donatários do Rei.

Em 1549, D. João III decidiu criar o Governo-Geral do Brasil, sob as ordens de Tomé de Sousa que instalou a capital junto ao mar, no centro geográfico da costa brasileira, na cidade de Salvador.

O mar foi também o meio empregado pelos invasores franceses para terem acesso à nova terra portuguesa, ao utilizarem navios corsários para realizar o tráfico do então principal produto colonial, o pau-brasil. Foi o fortalecimento do Poder Político e do Poder Naval portugueses que garantiram a expulsão dos invasores franceses. Tais combates deram-se principalmente por meio do emprego de forças navais portuguesas, com apoio de indígenas nativos que lutavam no mar, embarcados em canoas, e também em terra. O primeiro revés francês deu-se em 1555 nas águas da Baía da Guanabara, com a expulsão do líder *Villegagnon* que lá estabeleceu o território da França Antártica. Em seguida, em 1615, seriam os franceses expulsos do Maranhão, onde tentaram edificar uma França Equinocial, tendo como capital a recém-fundada cidade de São Luís. O Poder Naval português, combinado com a liderança nativa, foi o factor decisivo para a expulsão desses invasores (Ribeiro, 2006: 23).

Ainda durante o período colonial, o Brasil sofreria com as invasões holandesas no nordeste brasileiro, sob as ordens da Companhia das Índias Ocidentais, a partir de 1621, que buscava se apoderar, desta feita, de outra rica mercadoria, o açúcar. Mais uma vez houve necessidade do emprego do então Poder Naval luso-espanhol e de tropas em terra,



para que fosse mantida a integridade do território colonial brasileiro, que só pôde ser garantida em 1640, com a expulsão dos holandeses do Brasil (Ribeiro, 2006: 25).

Em 1808, em decorrência da invasão de Portugal por tropas do Imperador francês Napoleão Bonaparte, o Rei Dom João VI decidiu transferir a Família Real e a Corte Portuguesa para o Brasil. Ainda em Salvador, a antiga capital, determinou abertura dos portos ao comércio marítimo estrangeiro. Em 7 de Março, o Rei chegava às águas da Baía de Guanabara, à testa de uma Força Naval, apoiada por navios de guerra ingleses, para estabelecer uma nova capital do Reino no Rio de Janeiro. A bordo dos navios, vinham os integrantes da Brigada Real de Marinha, encarregados da artilharia e da defesa dos navios. Esta brigada daria origem ao actual Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da MB. Entre as primeiras medidas adoptadas pelo Rei, destacaram-se a instalação do “Ministério da Marinha e Ultramar” e a transferência da Academia Real de Guardas-marinha, que viria a dar origem à actual Escola Naval, que, deste modo, tornou-se o primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil. Outra importante medida foi a de ampliar a capacidade do Arsenal Real de Marinha² que já existia desde de 1763, para poder apoiar a recém-chegada esquadra e o tráfego marítimo que viria a se expandir, com a decisão da abertura dos portos (Serafim *et al*, 2006: 68).

Em 7 de Setembro de 1822, o Príncipe D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil. Nas províncias do Norte, as juntas governativas não aderiram de imediato ao “Grito do Ipiranga”. O governo do Império, tendo à frente José Bonifácio de Andrada e Silva, constatou que apenas pelo domínio do mar poderia ser mantida a unidade do novo País, pois as ligações entre as províncias litorâneas, onde se concentravam a maior parte da população, eram feitas exclusivamente pelas vias marítimas, ao longo do extenso litoral de 7.500 km. Desta forma, determinou-se a constituição da Marinha Imperial, em regime de urgência, para realizar as tarefas de fazer frente ao poder naval adversário; transportar tropas e suprimentos para locais estratégicos; e bloquear os portos cujos governos se recusassem a aderir à causa da Independência (Serafim *et al*, 2006: 75). Assim, a esquadra recém-criada fazia-se ao mar a fim de garantir a Independência, primeiramente na Bahia, em seguida no Maranhão e por fim, em Belém do Pará (Gomes, 2010: 172).

² O primeiro estaleiro organizado foi a “Ribeira das Naus”, em Salvador, depois denominado “Arsenal da Marinha da Bahia”, fundado no final do século XVI. Este estaleiro tornou-se o mais importante centro de construção naval do Brasil, durante o período colonial. A influência desta actividade está presente até os dias actuais, em estaleiros de barcos de madeira, existentes sobretudo na cidade de Valença, no Estado da Bahia. Além da Bahia e do Rio de Janeiro, a construção naval desenvolveu-se também em outros pontos do litoral: Belém, Recife, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, São Paulo e Santa Catarina. Os estaleiros de Recife e Belém existiram como arsenais de Marinha.



O Poder Naval do Brasil seria também empregado, conjuntamente com o Exército Imperial Brasileiro, para controlar e pacificar vários contenciosos que se sucediam no interior do País, ao longo do século XIX e que colocavam em risco a integridade da jovem nação independente brasileira. Em seguida, as forças militares imperiais brasileiras, Marinha e Exército, foram amplamente empregadas para que pudessem ser alcançados os objectivos estratégicos do Império do Brasil em relação às contendas com as Províncias Unidas do Rio da Prata, futura Argentina, época em que a Marinha Imperial desempenhou um papel de combate fundamental nas águas sul-americanas e no estuário do Rio da Prata.

Seguir-se-ia, no período de 1865 a 1870, a Guerra do Paraguai, o maior conflito armado vivenciado, desde sempre, na América do Sul, onde a Marinha, mais uma vez, exerceu um papel essencial para que a vitória fosse conquistada, a custo de muito sangue, pelo Império do Brasil.

No século XX, seria o mar o cenário que levaria o Brasil a participar das duas Grandes Guerras, em função de afundamentos de navios mercantes brasileiros, por torpedeamento perpetrados por submarinos alemães. Ao fim da I Guerra Mundial, o Brasil enviou uma força naval³ para auxiliar os aliados da “Tríplice Entente” a combater o inimigo no mar, quando iria patrulhar, ao lado da Marinha Portuguesa, a área estratégica do Estreito de Gibraltar, não fosse a tragédia que se abatera sobre a maior parte das tripulações dos navios de guerra da força naval brasileira, apossada que foi, pela tenebrosa “gripe espanhola”. Na II GM, a Nação Brasileira contribuiu eficazmente para a vitória dos aliados, por meio do emprego de forças terrestres e aéreas no teatro de operações da Itália. Coube à MB, naquela guerra, realizar o patrulhamento das águas do Atlântico Sul, dando protecção aos comboios que navegavam entre Trinidad, no Caribe, e Florianópolis, no sul do Brasil (Ribeiro, 2006: 29).

Desta forma, procuramos, sinteticamente, demonstrar que o mar sempre esteve ligado de uma forma decisiva à trajectória histórica do Brasil. Este aspecto reveste-se como fundamental, pois uma das bases da Ciência Geopolítica recai justamente sobre a História.

A Marinha, graças às suas características de mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade, esteve sempre presente, exercendo um papel preponderante em todos os momentos históricos e decisivos do Brasil.

³ Esta força naval era denominada de “Divisão Naval de Operações em Guerra”, tendo sido constituída por cinco navios de guerra que ficariam sediados em Dacar. É interessante apontar que a MB mantém até hoje, em perfeitas condições de uso, o Rebocador “Laurindo Pitta”, navio remanescente daquela Força Naval, como navio histórico, mas que ainda navega diariamente nas águas da Baía da Guanabara.



d. A geopolítica e a evolução do espaço marítimo brasileiro

O Brasil é um país continental e marítimo ao mesmo tempo (Brasil, 2005: 3). O País é detentor de uma imensa massa terrestre que se estende por cerca de 8,5 milhões de km² e tem uma fronteira terrestre de 15.709 km com nove países sul-americanos e com o território ultramar francês da Guiana Francesa.

Por outro lado, a fronteira marítima brasileira tem uma dimensão de 7.409 km. A comparação entre estes dois valores mostra uma relação na qual a fronteira terrestre é praticamente duas vezes mais longa do que a fronteira marítima⁴. A primeira análise desta condição poderia nos levar à conclusão de que o Brasil é um país preponderantemente continental. Constatamos, entretanto, que sob o ponto de vista geopolítico, o Brasil pode ser classificado como um estado do tipo misto – continental e marítimo – com predominância pela vocação marítima (Mattos, 1990: 59-60).

Destarte, o pensamento geopolítico brasileiro foi iniciado em 1926 pelo eminente Mestre Everardo Backheuser⁵, mantendo, a partir de então, um forte matiz de mentalidade terrestre. A opção político-estratégica, incentivada por uma “marcha para o interior”, a partir da década de 50 do século XX, marcada pela construção de Brasília, no Planalto Central Brasileiro e apoiada por um plano político-industrial, baseado na indústria automobilística, propiciou ênfase ao desenvolvimento da mentalidade nacional brasileira marcadamente territorial. Assim, desvanecia-se a mentalidade marítima no seio do País.

Outros grandes geopolíticos brasileiros, dentre os quais se destacam o General Carlos de Meira Mattos e a Professora Therezinha de Castro defendiam teses geopolíticas voltadas para a integração da Amazônia e ao estudo dos desafios que Brasil deveria superar, para ascender à condição de potência, em face das excepcionais condições reunidas, nomeadamente: dimensão geográfica e populacional, capacidade industrial e posição geoestratégica. Não obstante, a apresentação por parte desses eminentes especialistas das questões geopolíticas brasileiras sob um enfoque marcadamente territorial, era evidenciada também a importância geoestratégica do Atlântico Sul, incluindo a presença na Antártica, para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

⁴ A relação entre a extensão da fronteira terrestre e da fronteira marítima (litoral) é conhecida como “*Fórmula de Supan*”, tendo sido concebida pelo geopolítico alemão que lhe empresta o nome. Tem o propósito de avaliar o grau de maritimidade de um estado (Mattos, 1990: 58).

⁵ Everardo Backheuser (1879-1951), engenheiro, cientista, educador e professor universitário (mestre) foi um dos grandes geógrafos brasileiros, notabilizando-se no ramo do saber da Geopolítica, que era definida por ele como “*política feita em decorrência das condições geográficas de um país*” (Tosta, 1984:31). Sua principal obra “*Geopolítica do Brasil*” foi publicada em 1926.

O General Meira Mattos atestaria a importância geopolítica para o Estado Brasileiro da garantia da segurança atlântica, abrangendo a costa africana e em especial os pontos de choque oceânicos, marcados pelas posições geoestratégicas do Estreito Natal-Dakar, do Cabo da Boa Esperança, do Estreito de Magalhães e da Antártica. Constataria também a dependência do comércio brasileiro em relação ao transporte marítimo, concomitantemente com a revitalização da indústria naval. O Atlântico Sul seria designado por ele como “*o pulmão do Brasil para o mundo exterior*” (Silva, 2007: 26).

De igual forma, a Professora Therezinha de Castro demonstrou em seus trabalhos, com base na Teoria do Poder Marítimo que, embora o Brasil não desfrute de uma desejável condição bi-oceânica, tem dupla fachada sobre o Atlântico (1996: 15), com uma face do seu litoral voltada para o hemisfério norte e outra para o hemisfério oceânico-sul, com ponto de inflexão sobre o Cabo de São Roque, o que é fundamental sob o prisma da articulação da defesa marítima do País.

O mar voltaria ao centro do interesse político brasileiro em meados da década de 70 do século passado, em face de um grupo de nações latino-americanas, formado por Peru, Chile e Equador, ter proclamado, em atitude unilateral, pela então ausência de um tratado internacional que regulamentasse o tema, a extensão do mar territorial para a distância de 200 milhas⁶. Tal decisão procurava salvaguardar principalmente interesses relacionados à pesca, mas carecia de um poder naval por parte dessas nações, para sustentá-la. A partir deste posicionamento, o Estado Brasileiro decidiu, em 1970, também estender o mar territorial para as 200 milhas⁷, até que fosse firmado e reconhecido um acordo internacional sobre o domínio do mar (Flores *et al*, 1972: 65). Isto viria a acontecer somente em 1982, com a promulgação da “III Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar”, assinada em Montego Bay, Jamaica, da qual participaram 164 estados. Cabe ressaltar o carácter de consenso que envolveu a elaboração deste acordo internacional.

A “Convenção da Jamaica”, como passaria a ser internacionalmente conhecida, entrou em vigor em 16 de Novembro de 1994, perante o concerto das nações, um ano após a sua promulgação pelo 60º país signatário, a Guiana. É importante sublinhar que esta Convenção tem um alto grau de aceitabilidade no contexto das relações internacionais

⁶ Acto que ficou conhecido como “Declaração de Santiago” ou “Pacto do Pacífico Sul”, assinado em 18 de Agosto de 1952 (Flores *et al*, 1972: 39).

⁷ Decreto-lei nº 1.098, de 25 de Março de 1970.



(RI), mesmo por estados que, embora a reconheçam como legítima, ainda não a ratificaram, dentre os quais destaca-se, sobretudo, os EUA, única potência marítima global.

A CNUDM incluiu, no que se refere ao domínio marítimo dos estados, especialmente considerando a situação do Brasil, as seguintes definições: linhas de base⁸, águas interiores, mar territorial (MT), zona contígua, zona económica exclusiva (ZEE) e plataforma continental (PC).

Com base no que faculta a CNUDM, o Estado Brasileiro fixou os limites iniciais das suas faixas marítimas, por intermédio da Lei nº 8.617, de 4 de Janeiro de 1993, da seguinte forma:

- Mar Territorial, de 12 milhas náuticas (MN), ao longo da extensão do litoral, tendo como referências linhas de base definidas segundo a citada Convenção;
- Zona Contígua, das 12 às 24 MN;
- Zona Económica Exclusiva (ZEE), das 12 às 200 MN;
- Plataforma Continental (PC), como prolongamento natural do território terrestre até seus limites exteriores, conforme preceitua o artigo 76 da Convenção.

A partir desse longo processo histórico e jurídico-legal, começou a tomar corpo a idealização do conceito “Amazônia Azul”. O termo nasceu no âmbito da MB, em 2004, para que, segundo as palavras do Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, ex-Comandante da MB, que foi, a rigor, a autoridade naval responsável pela formulação e lançamento da ideia: *“não só a nossa sociedade, de uma maneira geral, mas principalmente o poder político da Nação, aí incluídos os seus governantes, passem a olhar o mar de frente e compreendam a sua importância para um país que precisa, quer e merece ser realmente grande”*. A partir daí, o tema “Amazônia Azul” passou a ser tratado na esfera governamental, em reportagens nos *media* e em universidades. Um dos propósitos do lançamento desta ideia-conceito tinha como efeito desejado justamente fortalecer a “mentalidade marítima” no Brasil, que se encontrava esmaecida. Assim, a divulgação de tal ideia-conceito permanece como um desafio a ser constantemente perseguido e fortalecido perante a Nação Brasileira.

Ressalta-se que a expressão “Amazônia Azul” passou a constar do documento de mais alto nível da sistemática de planejamento de Defesa adotada pelo Brasil, que é a PDN⁹. A partir deste diploma, derivam todos os demais documentos relacionados ao tema

⁸ A “linha de base” é definida como a linha de baixa-mar, ao longo da costa, constante das cartas náuticas de grande escala, oficialmente reconhecidas pelo estado costeiro (Mattos, 1996: 10).

⁹ Institucionalizada por meio do Decreto nº 5.484, de 30 de Junho de 2005, no contexto jurídico do Brasil.

da Defesa no Brasil. É importante sublinhar que ao ser inserida na PDN, esta ideia-conceito ultrapassou, pela primeira vez, os limites da MB e passou a ser tratada como um conceito institucional do País, deixando assim, de ser restrita ao entendimento das lides navais.

Urge referir que o nominativo “Amazônia Azul” designa a área marítima de parte do Atlântico Sul que é do exclusivo domínio do Brasil, por força da CNUDM. Com efeito, a presente ideia-conceito “*simboliza a grande extensão e o vultoso património das águas jurisdicionais brasileiras, bem como a importância que o mar e as actividades marítimas possuem para o Estado*” (Silva, 2007:7). Paralelamente, com esta ideia-conceito, a MB procura mostrar aos brasileiros a imperiosa necessidade de estar em condições, tanto em termos materiais, quanto humanos, de proteger e defender os interesses nacionais nas águas jurisdicionais brasileiras (AJB) (Vidigal e *al*, 2007: 14), visando o Bem da Nação Brasileira.

e. Considerações parciais

A importância do estudo da Ciência Geopolítica e de suas teorias clássicas reside no facto de possibilitar aos estados adoptarem acções políticas baseadas na influência dos factores geográficos.

Assim, enquanto os EUA buscaram elaborar suas políticas baseadas na “Teoria do Poder Marítimo”, a partir do início do século XX, outros estados atestaram a validade da “Teoria do Poder Terrestre”, entre eles, o Brasil.

Quando Portugal lançou-se ao mar, naturalmente, as teorias geopolíticas estavam longe de serem edificadas, mas os factores geopolíticos a elas associados estavam, como sempre estiverem, presentes. A História regista que Portugal adoptara, na prática, uma acção geopolítica eficaz, o que permitiu ao Brasil prosseguir o seu rumo depois da Independência como uma Nação una e indivisível, ao contrário do que se sucederia a outras nações latino-americanas de colonização espanhola, que se subdividiram. Ressalta-se que a História comprova o papel fundamental que o mar e a Marinha sempre tiveram para que se pudesse construir o Brasil de hoje, como nação e estado.

No Brasil, a importância da Geopolítica também foi logo identificada, assim como o perfil do País que se mostrava como um estado do tipo misto – continental e marítimo – com predominância pela vocação marítima (Mattos, 1990:59). Todavia, na prática, observava-se por parte dos geopolíticos e do Estado Brasileiro a atribuição de uma maior



prioridade aos factores terrestres, ao longo do período de expansão da economia brasileira, no século XX.

Não obstante, com base na indeclinável constatação da condição geopolítica de maritimidade do País, a MB, a partir de um longo processo histórico e jurídico-legal, lançaria a ideia-conceito da “Amazônia Azul”. Esta iniciativa apresenta-se como um desafio que tem como propósito conscientizar a Nação Brasileira sobre a importância que o mar tem como factor económico, social e estratégico, não só no presente, mas também no que se prospecta para o futuro. Ao mesmo tempo, procura-se ressaltar a imperiosa necessidade que o País tem de estar em condições de garantir a plena soberania sobre esta área e, assim, mostrar aos demais estados a firme determinação do Brasil em defender seus legítimos interesses no mar.

Neste contexto, o tema “Amazônia Azul” deixava de fazer parte do entendimento do âmbito restrito das lides navais, distanciando-se de uma visão que poderia ser identificada como parcial e corporativista, para tornar-se um tema institucional e, portanto, de interesse de toda a Nação Brasileira, ao ser inserida formalmente na PDN do Brasil.

Desta forma, valida-se a HIP 1.

2. A importância geopolítica da “Amazônia Azul”

a. A conformação da “Amazônia Azul”

Sob o enfoque geopolítico constata-se que o Brasil detém actualmente a soberania sobre uma área marítima no Atlântico Sul, com cerca de 3,5 milhões de km² e que deverá ascender até a 4,5 milhões de km². Tal dimensão corresponde, em termos comparativos, a quase metade do tamanho do território continental do País ou à dimensão da Amazônia brasileira.

A área marítima da “Amazônia Azul” foi estabelecida, em um primeiro momento, de acordo com os preceitos e definições contidos na CNUDM. O Estado Brasileiro fixou os limites iniciais de suas AJB por meio da Lei nº 8.617, de 4 de Janeiro de 1993, conforme citado no capítulo anterior.

Em seguida seriam estabelecidas, de acordo com o “Regime das Ilhas”, previsto na Convenção, as faixas marítimas relativas à Ilha de Trindade, desde sempre de posse do Brasil que se situa acerca de 540 MN de Vitória, no litoral do Estado do Espírito Santo, o que permitiu que a área marítima sob soberania brasileira aumentasse em 450 mil km².

Em 1998, o Estado Brasileiro, por intermédio da MB, contando com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, estabeleceu a ocupação humana permanente dos Rochedos de São Pedro e São Paulo, afastados cerca de 518 MN do litoral potiguar, por meio da instalação de uma estação científica guarnecida permanentemente por quatro pesquisadores e pela construção de um novo farol de sinalização, para substituir um outro que fora destruído por um sismo em 1930. Desta forma, os antigos Rochedos, como eram denominados, foram reclassificados para Arquipélago, em conformidade com o “Regime das Ilhas” da CNUDM, o que possibilitou ao Brasil acrescentar uma nova faixa marítima de mais 450 mil km² às AJB (Vidigal *et al*, 2006: 36).

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do “Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira” (LEPLAC), realizados ao longo de 18 anos, no período de 1986 a 2004, sob a liderança da MB que contou com a participação da Empresa PETROBRAS e de sectores da comunidade científica brasileira, possibilitaram que o Estado Brasileiro apresentasse à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, uma nova proposta para a PC brasileira, de acordo com o Artigo 76 e com o Anexo II da CNUDM.

Em uma segunda fase de avaliação, o Estado Brasileiro apresentou em 2005, uma segunda proposta de reivindicação à citada Comissão, reforçada em 2007, com outros dados científicos consistentes, de mais de 900 mil km² de extensão de sua PC, além do limite de 200 MN da ZEE. Tal postura tem como propósito acrescer uma área de PC, sob a

qual o Brasil passaria a exercer direitos soberanos de conservação e exploração, conforme o previsto na CNUDM. É praticamente certo que o Brasil conquiste tempestivamente os direitos de, no mínimo, mais 700 mil km² às suas AJB. Desta forma, a “Amazônia Azul” compreenderá uma área marítima total de 4,3 milhões de km² e que poderá ascender, brevemente, a 4,5 milhões de km², considerando-se que a proposta integral apresentada pelo Brasil seja homologada pela CLPC. A figura abaixo demonstra uma concepção de tal área.

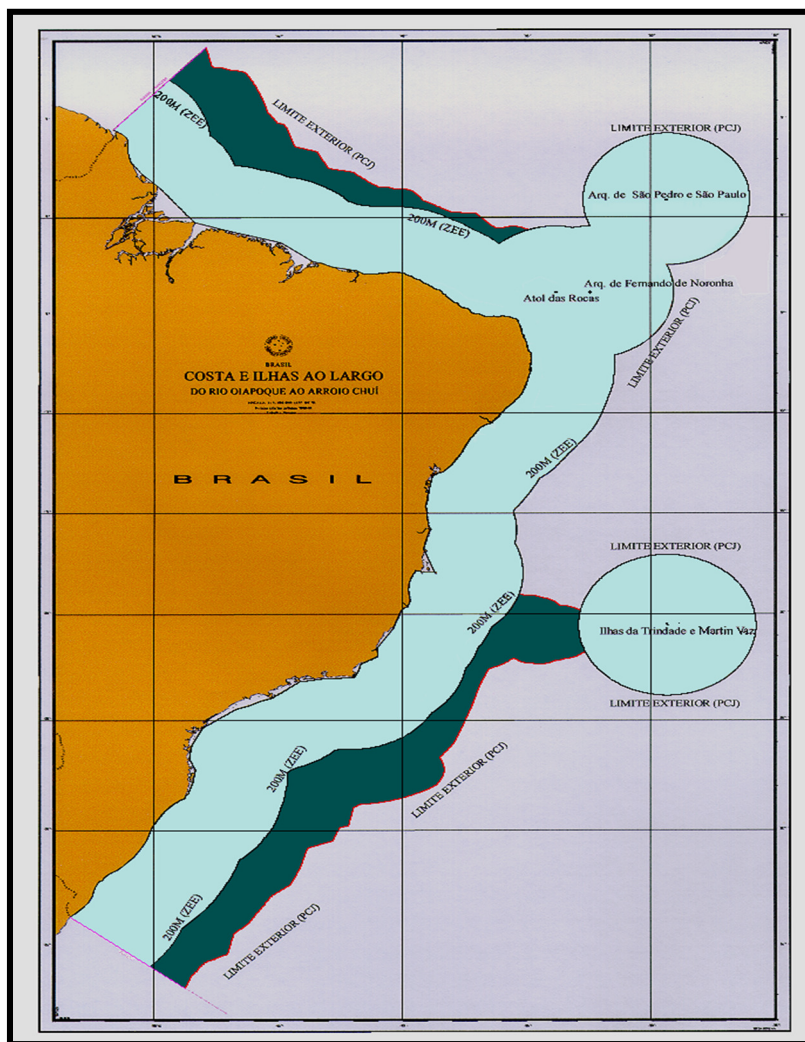


Figura nº 1 - Representação gráfica da área da “Amazônia Azul”¹⁰

¹⁰“Hoje, os espaços marítimos brasileiros atingem aproximadamente 3,5 milhões de km². O Brasil está pleiteando, junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), a extensão dos limites de sua Plataforma Continental, além das 200 milhas náuticas (370 km), correspondente a uma área de 963 mil km². Após serem aceitas as recomendações da CLPC pelo Brasil, os espaços marítimos brasileiros poderão atingir aproximadamente 4,5 milhões de km². Uma área maior do que a Amazônia verde. Uma outra Amazônia em pleno mar, assim chamada, não por sua localização geográfica, mas pelos seus incomensuráveis recursos naturais e grandes dimensões”(disponível em: www.mar.mil.br).



De facto, o reconhecimento pela CLPC da ONU dos interesses soberanos da área total, incluindo a extensão da PC em cerca de 900 mil km², de acordo com o previsto na CNUDM, configura-se ainda como um desafio a ser conquistado pelo Brasil.

Com efeito, a área marítima que passa a ser incorporada ao domínio brasileiro tem uma dimensão equivalente à área terrestre da tradicional Amazônia “verde”. Entretanto, pode ser considerada tão importante quanto aquela, em termos de riquezas, em face das recém-descobertas de petróleo na camada do pré-sal da PC, das reservas de gás, de outros minerais e do potencial de pesca lá existentes.

Pode-se afirmar que a importância desta área marítima para o Brasil, tanto no presente, quanto no que se prospecta para o futuro, reside em dois aspectos essencialmente geopolíticos: o petróleo e o tráfego marítimo (TM). Além disto, ressalta-se que há outros macros valores geopolíticos para o Brasil relacionados ao mar. Verifica-se, neste sentido, que na faixa territorial de 500 km em relação ao litoral, denominada de Zona Costeira (ZC), concentra-se 80% da população brasileira, o que inclui o triângulo geoestratégico formado pelas grandes metrópoles de São Paulo - Belo Horizonte - Rio de Janeiro, principal pólo industrial, cultural e económico do País. Das grandes cidades brasileiras, encontram-se fora da ZC apenas a Capital Federal, Brasília e a amazônica Manaus, importante pólo industrial. Na ZC, ainda concentra-se 93% da produção industrial instalada, 78% da circulação da receita da União Federal e 85% do consumo de energia eléctrica do País (Serafim *et al*, 2006:168).

b. O Tráfego Marítimo como factor fundamental para o Brasil

Verifica-se que o crescente comércio exterior brasileiro é feito quase na sua totalidade por meio do emprego do TM, ao alcançar o expressivo percentual de 95%. Em 2005, este comércio alcançou a cifra de US\$ 191,8 mil milhões, que tende a aumentar, em face do crescimento económico que se prospecta para o Brasil por longo tempo. Apenas nos primeiros nove meses do ano de 2010, tal comércio registou movimento corrente de US\$ 277,1 mil milhões, o que representou uma ampliação de 37% sobre o valor de 2009, quando atingiu a marca de US\$ 202,4 mil milhões¹¹.

É importante frisar que o fluxo de mercadorias deste tipo de comércio é realizado por uma rede de 44 portos marítimos situados ao longo do litoral brasileiro, acessíveis naturalmente pelas águas da “Amazônia Azul”. Dentre esses terminais destacam-se os

¹¹ Dados mais recentes disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) do Brasil, disponíveis em: www.mdic.gov.br.



seguintes portos: Santos, o maior da América Latina, o complexo portuário do Rio de Janeiro, Paranaguá, Rio Grande e Tubarão. Mesmo portos de grande movimento situados em águas interiores do Brasil, como Belém e Manaus, além da importância logística da navegação fluvial, encontram-se directamente ligados ao Oceano Atlântico por braços fluviais que conformam a Foz do Rio Amazonas.

Actualmente, a Ásia destaca-se como a primeira posição de mercado comprador de produtos brasileiros, mas a América Latina, o Caribe e a União Europeia também possuem importantes e crescentes participações. Estas duas últimas regiões de comércio registaram um aumento expressivo no período de 2009-2010 de, respectivamente, 40% e 23%. Tal situação consolida a posição do Brasil como um “*global player*” no mercado mundial, há muito tempo distanciando o País da anacrónica imagem de exportador de produtos provenientes de monocultura agrícola. O grupo de produtos industrializados actualmente responde por mais da metade (53%) do total de produtos exportados pelo Brasil. Por outro lado, no que se refere à importação, as compras de matérias-primas e intermediárias representam cerca de 46% da pauta brasileira e a de bens de capital, cerca de 22,5%, o que demonstra que o comércio de importação brasileiro é fortemente vinculado a bens destinados à actividade produtiva.

Ressalta-se que não é somente o valor, propriamente dito, do comércio exterior que interessa ao desenvolvimento económico do Brasil. Constata-se, paralelamente, a importância estratégica de manterem-se livres as LCM de qualquer possível interferência no livre-trânsito sobre a navegação. A ocorrência de crises político-estratégicas, particularmente com o envolvimento de nações dotadas de forças navais com capacidade para constranger o TM¹², poderia levar a economia brasileira ao colapso em curto espaço de tempo, que projecta-se em 15 dias, em razão do complexo industrial e do sector agrícola do País dependerem de uma série de itens e componentes, tais como: combustíveis, lubrificantes, fertilizantes, produtos químicos, fármacos e bens de capitais (máquinas e ferramentas) importados de outros países, por via marítima. Sob este ponto de vista, as LCM constituem-se, a par de sua importância económica, como um factor de vulnerabilidade estratégica para o Brasil, pois o País não pode prescindir das mesmas para garantir a continuidade de operação de sua economia. Paralelamente, a manutenção do

¹² Historicamente, a primeira vez que o Brasil sofreu este tipo de constrangimento estratégico ocorreu por ocasião da “Guerra Cisplatina” (1825 – 1828), quando o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata (actual Argentina) empregava navios em guerra de corso. A operação ofensiva da Marinha Imperial brasileira que realizou o bloqueio naval do Rio da Prata e acções defensivas em alto-mar garantiram a manutenção do comércio marítimo brasileiro. Outras crises deste tipo voltariam a ocorrer por ocasião da II Guerra Mundial, mais uma vez com a actuação decisiva da MB.



livre-trânsito nas AJB tem que ser garantido em situações de conflito armado, para assegurar o movimento de forças navais, de transporte de tropas e de produtos estratégicos indispensáveis ao denominado “esforço de guerra”, de um país com dimensões continentais como o Brasil (Tosta, 1994: 36).

Ressalta-se que a MB, na qualidade de Autoridade Marítima Brasileira, necessita encontrar-se convenientemente preparada para exercer com alto grau de desempenho esta tarefa secundária, que visa como efeitos desejados, a segurança da navegação, a prevenção da poluição hídrica e a salvaguarda da vida humana no mar do TM que cruza as águas da “Amazônia Azul”¹³, aspectos que por não enquadrarem-se na delimitação desta investigação, poderão ser melhor explorados em um outro trabalho.

Acresça-se que o factor de vulnerabilidade das LCM, acentua-se pelo facto de não existir uma marinha mercante de bandeira brasileira, compatível com as necessidades da economia do País, pois actualmente apenas de 3% a 5% do TM brasileiro é feito por navios brasileiros¹⁴. Desta forma, configura-se a dependência de navios estrangeiros para manter o fluxo de mercadorias essenciais para a movimentação da economia do Brasil (Boehmer, 2009: 9).

O Apêndice B apresenta uma síntese das principais LCM de interesse do Brasil.

c. O petróleo da “Amazônia Azul” como factor geoestratégico.

Grande parte das actividades industriais e logísticas brasileiras são hoje dependentes da disponibilidade de petróleo, facto comum também para outros países industrializados.

O País começou a explorar petróleo em meados de 1940, em bacias geológicas terrestres, situadas originalmente no Recôncavo Bahiano. Entretanto, para o Brasil, o mar seria o sítio onde seriam prospectadas as maiores reservas de petróleo.

Actualmente, cerca de 87% do petróleo brasileiro vem do mar. A produção de petróleo na PC brasileira tornou-se economicamente viável a partir da década de 70 do século passado, em face do aumento dramático, para os países importadores, do preço internacional deste recurso energético que se verificou em decorrência dos choques petrolíferos de 1973 e 1979, quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo

¹³ De acordo com dados estatísticos do Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo da MB, a média de navios mercantes nas AJB é de 500 Navios por dia, o que representa a movimentação de 95% do comércio exterior brasileiro (Serafim *et al*: 2006: 169).

¹⁴ Situação que começa a ser revertida pela contratação de vários navios e embarcações *off shore* a serem construídos em estaleiros brasileiros, por encomenda da PETROBRAS (disponível em: www.oglobo.com.br).



(OPEP) decidiu, unilateralmente, elevar o preço do barril, de menos de um dólar, para valores, respectivamente, entre US\$ 20 e US\$ 40.

A partir desta grave situação econômica, a empresa brasileira PETROBRAS passou, na mesma época, a desenvolver a tecnologia de prospecção na PC.

O ano de 1974 seria marcado pela descoberta do Campo de Garoupa, em águas a 110 metros de profundidade, na Bacia de Campos, uma área marítima situada em frente ao litoral do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, em 1977, entrava em produção o Campo de Enchova, na mesma região.

No período de 1987 a 1997, a taxa média de crescimento anual da produção de petróleo brasileira atingiu 5%. De 1998 até 2007, esta taxa aumentaria para a média de 9% ao ano. Neste período, o ano de 2006 seria marcado pela auto-suficiência da produção, atingindo o valor de cerca de 1,8 milhões de barris de petróleo por dia¹⁵. Esta conquista era alcançada a partir de vultuosos investimentos em recursos financeiros, humanos e em actividades tais como: pesquisa científica, prospecção, produção, operações de mergulho, TM, actividades marítimas *off-shore* e refino. Porém, tal conquista não pode ser interpretada como uma condição estática, diante das necessidades crescentes do País por petróleo, ditadas pelas exigências da economia.

Há que se considerar que as reservas deste valiosíssimo material estratégico são finitas. O respeitado *World Resources Institute* ressaltou recentemente que “*considera que o ápice da era do petróleo deve ocorrer quando houver sido consumida a metade das reservas conhecidas em 2007. O Instituto estima que a relação reserva-produção para o petróleo no mundo tem o limite de 29 anos. A relação para o gás natural é de 65 anos*” (Vidigal *et al*, 2006:131).

O gráfico abaixo demonstra sinteticamente os dados das reservas brasileiras provadas¹⁶ prospectadas na “Amazônia Azul”, no primeiro decênio do século XXI.

¹⁵ Dados provenientes do Balanço Energético Nacional, disponíveis em: www.epe.gov.br

¹⁶ Constituem “reservas provadas” de petróleo os volumes estimados de óleo, gás natural e líquido de gás natural que, pela análise dos dados de geologia e de engenharia, apresentam razoável certeza de serem recuperáveis no futuro, de reservatórios conhecidos sob condições econômicas, regulamentos e métodos de operação existentes, ou seja, a preços e custos vigentes na época da avaliação.

Para a análise econômica de reserva, somente pode ser considerado o preço do óleo comercializado no último dia do ano fiscal (31 de Dezembro). O petróleo de referência adoptado na análise, com os devidos factores de consistência, para valorar a análise econômica é o do tipo *Brent* (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, 2010).

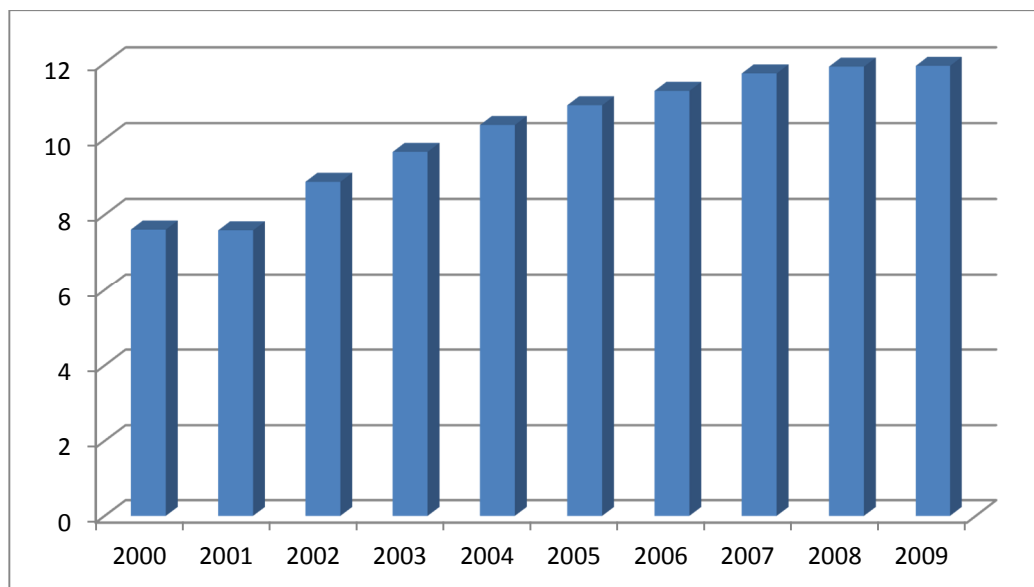


Gráfico nº 1 – Reservas Provadas de petróleo no mar, em milhões de barris. Fonte: Anuário Estatístico de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2010 – ANP

Verifica-se que o Brasil encontra-se em uma posição favorável na relação produção/consumo, no que se refere ao petróleo. Esta posição não reflecte ainda as recentes descobertas de petróleo da camada do pré-sal¹⁷, existente na PC da “Amazônia Azul”.

As maiores descobertas de petróleo no Brasil seriam feitas a partir de 2006, na camada pré-sal, localizada no litoral sudeste, entre as costas dos estados de Santa Catarina e Espírito Santo, onde foram encontrados grandes volumes de óleo leve. Na Bacia de Santos, litoral de São Paulo, o óleo identificado no pré-sal tem boa densidade, baixa acidez e baixo teor de enxofre, características de um petróleo de alta qualidade e com maior valor de mercado. Os primeiros resultados apontam para volumes muito expressivos. Apenas o “Campo de Tupi”, na Bacia de Santos, tem volumes recuperáveis estimados entre cinco e oito bilhões de barris de óleo equivalente (óleo e gás). Com base nos resultados dos poços perfurados e testados até 2009, não há dúvida sobre a viabilidade técnica e comercial das acumulações descobertas no pré-sal da PC brasileira.

¹⁷ O termo “pré-sal” refere-se a um conjunto de rochas localizadas nas porções marinhas de grande parte do litoral brasileiro, com potencial para a geração e acúmulo de petróleo. Convencionou-se chamar de “pré-sal” porque forma um intervalo de rochas que se estende por baixo de uma extensa camada de sal, que em certas áreas da costa atinge espessuras de até 2.000m. O termo “pré” é utilizado porque, ao longo do tempo, essas rochas foram sendo depositadas antes da camada de sal. A profundidade total dessas rochas que é a distância entre a superfície do mar e os reservatórios de petróleo abaixo da camada de sal pode chegar a mais de 7 mil metros (disponível em: www.petrobras.com.br).

O crescimento na produção de petróleo, nas águas da “Amazônia Azul”, conforme evidenciado no gráfico abaixo, indica uma tendência do Brasil vir a tornar-se um “*player*” importante na indústria mundial de petróleo. Acresça-se que a descoberta do produto na camada do pré-sal elevará o país a um outro patamar no jogo energético internacional. Há a expectativa de que o Brasil supere a Venezuela, país membro da OPEP, em médio prazo, neste tipo de indústria.

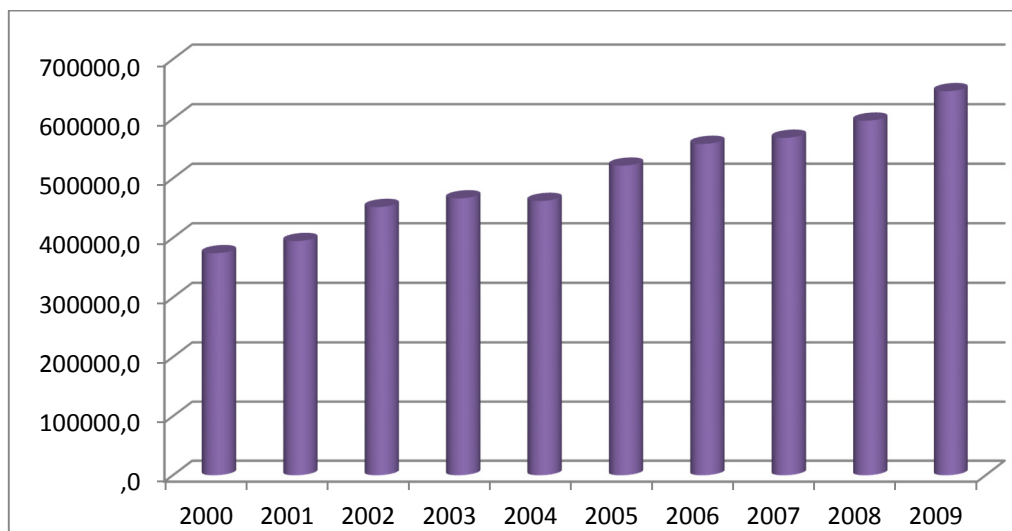


Gráfico nº 2 – Produção de petróleo, em mil barris por ano. Fonte: Anuário Estatístico de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2010 – ANP

Constata-se assim, que o Brasil passa a ocupar a segunda posição na América do Sul, em seguida à Venezuela, em relação ao tema do petróleo. Diante da possibilidade real das reservas de petróleo do Brasil existentes na “Amazônia Azul” e ainda não exploradas comercialmente alcançarem o nível de 50 a 80 bilhões de barris, o País atingirá um patamar de exportador de petróleo à altura da citada nação. Ora, esta posição fortalecerá a importância geopolítica do Brasil, associada à sua marcha de crescimento econômico sustentável, baseada principalmente nas áreas industrial e da produção de alimentos.

A par dos aspectos positivos que cercam hoje o tema do petróleo no Brasil, não se pode deixar de considerar que a crise mundial de energia é uma realidade. A “terceira crise mundial do petróleo” é uma evidência pelo facto de ter sido elevado há pouco mais de três anos o preço do barril para o patamar de US\$ 140,00. A instabilidade política que ora afecta os países de cultura árabe do *Magreb* acentua a tensão da crise de materiais energéticos e seus efeitos. Ora, esta situação criou um clima de imprevisibilidade e instabilidade no mercado, com consequências danosas para as economias dos estados que

dependem da importação do petróleo. Sobre este tema, afirmava o eminente analista brasileiro de temas geoestratégicos, Almirante Vidigal: *“O fantástico crescimento da China e, embora em menor escala, da Índia fez aumentar o consumo mundial de energia – cuja geração é, ainda, basicamente, dependente de petróleo, e a diminuição das reservas de petróleo e gás – o aumento do consumo é superior ao descoberta de novas reservas, faz com que o preço do barril não pare de crescer. A instabilidade política do Oriente Médio, onde estão alguns dos maiores produtores mundiais – Arábia Saudita, Irã e Iraque, contribui para o encarecimento constante do produto.”* (2008:4).

No momento em que o Brasil fortalece-se como produtor de petróleo, condição que será efectivamente ampliada com as recentes descobertas da camada do pré-sal da PC, a crescente crise energética mundial poderá trazer o foco sobre o Atlântico Sul, aumentando assim a tensão geopolítica no entorno desta área.

d. Considerações parciais

Verificamos que a conformação da “Amazônia Azul” deu-se dentro de um quadro jurídico-legal internacionalmente aceito, baseado na CNUDM. Entretanto, o reconhecimento por parte da CLPC da ONU dos limites finais da PC brasileira configura-se ainda como um desafio a ser suplantado. O Brasil pretende assim engrandecer-se no mar, o que significa afirmar que buscará assegurar plenamente seus direitos e interesses soberanos perante o concerto internacional.

A ideia-conceito da “Amazônia Azul” foi concebida para demonstrar à Nação Brasileira a importância que o mar tem para o desenvolvimento do País, o que requer paralelamente, a necessidade deste de estar em condições de defendê-la.

Verifica-se que há factores condicionantes para o Brasil em relação ao mar que podem configurar-se como vulnerabilidades estratégicas. Reconhece-se, primeiramente, que o TM que cruza de forma crescente as águas da “Amazônia Azul” é um factor essencial para o desenvolvimento de um país como o Brasil que necessita estar integrado ao processo da globalização, como um *“global player”*. Qualquer interferência nas LCM de interesse, por parte de actores externos poderia trazer consequências inaceitáveis para o desenvolvimento económico e social do País.

Outro factor que pode configurar-se como uma vulnerabilidade estratégica em potencial é a grande dependência brasileira em relação ao petróleo, por ser este recurso empregado em parte de sua economia, especialmente o parque industrial. A partir desta



constatação, o País passou a buscar este recurso energético nas AJB, o que se tem mostrado de elevado potencial, tanto no presente, quanto no que se prospecta para o futuro.

Decerto que a posse de recursos estratégicos e a manutenção da soberania brasileira sobre a “Amazônia Azul” não representam prenúncios de conflitos. Todavia, não se pode deixar de considerar que o quadro possa vir a tornar-se conflituoso e gerador de contenciosos, em face dos interesses de outros estados, relacionados à crise energética que ora avança (Silveira, 2009: 15).

Os vastos recursos existentes na “Amazônia Azul”, dos quais o Brasil é um privilegiado detentor, devem ser tratados dentro de uma política de cooperação e entendimento internacional, permanecendo os legítimos interesses brasileiros nesta área, em primeiro lugar.

Podemos, desta forma, concluir que a “Amazônia Azul” configura-se como uma realidade geopolítica para o Brasil e que a manutenção de sua soberania é uma condição essencial para o País.

Desta forma, valida-se a HIP 2.



3. “Amazônia Azul” e os desafios no domínio da Defesa

a. A Política de Defesa do Brasil

O tema “Defesa” no Brasil é tratado, no nível político, pela PDN. Este documento condiciona toda a estratégia decorrente, seja esta considerada em termos nacionais, militar-conjunta ou específica a cada um dos três ramos das Forças Armadas brasileiras (FFAA).

Ressalta-se que as questões de segurança abrangem os campos político, diplomático, militar, económico, social e ambiental. Entretanto, a Defesa Externa permanece como papel primordial das FFAA no âmbito interestatal (Brasil, 2005: 1).

No campo das RI, é importante frisar que o Estado Brasileiro, segundo a PDN, procura mostrar que está perfeitamente integrado à região geopolítica e continental da América Latina e, ao mesmo tempo, ao espaço marítimo do Atlântico Sul. O País atribui *“prioridade aos países da América do Sul e da África, em especial aos da África Austral e aos de língua portuguesa”*. Assim o Brasil sinaliza que a segurança nessas duas regiões pode ser garantida pela participação de todo o conjunto de países do seu entorno geoestratégico e que valoriza as RI, por meio do emprego dos instrumentos do multilateralismo, como *“promotores de um mundo mais estável, voltado para o desenvolvimento e bem-estar da humanidade”* (Brasil, 2005: 2).

Em outra vertente, a PDN aponta para a necessidade de *“atualização permanente e o aparelhamento progressivo das nossas Forças Armadas, com ênfase no desenvolvimento da indústria de defesa”*. Neste aspecto, este diploma legal determina o rumo que deverá ser seguido pelo Brasil para superar desafios no campo tecnológico, a fim de que não venha a depender de interesses e condicionamentos impostos por outros estados, na sensível questão da obtenção de meios voltados para a Defesa. Emergem como exemplos neste campo, a capacitação tecnológica autónoma, já em franco desenvolvimento, nos sectores estratégicos espacial, cibernético e nuclear. Ressalta-se que este último é voltado para aplicação em sistemas de propulsão nuclear a serem empregados em submarinos.

No que diz respeito à prioridade geográfica, a PDN elegeu duas áreas geoestratégicas distintas: a Amazônia e o Atlântico Sul. Com efeito, a Amazônia brasileira apresenta-se como uma área reconhecidamente sensível às questões de Defesa, por envolver a existência dos seguintes aspectos: necessidade de preservação ambiental; instabilidade política de estados fronteiriços; organizações clandestinas presentes em outros países; crimes transfronteiriços; dimensão geográfica e extensão das fronteiras terrestres e fluviais; recursos minerais que abriga, inclusive água doce; biodiversidade; tribos indígenas; e, organizações não-governamentais. Por estes aspectos, a Amazônia

constitui-se como foco da atenção do Brasil no que concerne à Defesa, entretanto o aprofundamento deste tema fugiria ao objecto deste trabalho.

Destarte, o Atlântico Sul foi definido como outra área geopolítica prioritária para a defesa brasileira, em virtude da importância estratégica e das riquezas existentes nas AJB. A PDN destaca, no que se refere ao mar, a importância que a CNUDM conferiu ao Brasil, ao estender os limites de sua área marítima a 4,5 milhões de km². Neste sentido, ressalta-se que a expressão “Amazônia Azul” passou a constar deste documento de alto nível do Estado Brasileiro, não estando salvaguardada por classificação sigilosa. Trata-se portanto, de uma postura inédita adoptada pelo País, ao demonstrar claramente para a nação e para os demais estados, os interesses geoestratégicos que tem no mar.

No contexto da Defesa, a EDN é o documento decorrente da PDN a ser destacado. Este diploma tem a virtude de ser o primeiro documento que “*no Brasil, em toda a sua história*” estabelece um “*amplo debate sobre assuntos de defesa*” (Brasil, 2008:8), o que confere a este tema um alto grau de legitimidade. A EDN apresenta, por meio de directrizes, as linhas gerais que devem ser seguidas pelas FFAA, sem imiscuir-se de como seriam alcançados os “*objectivos de defesa*” por ela definidos. Não deixa esta forma de orientação de ser positiva, pois permite um espaço de liberdade de acção para que as FFAA, com base em estudos criteriosos e planeamentos bem elaborados, possam expressar as suas sugestões ao Poder Político, por intermédio do Ministério da Defesa (MD), de como poderiam ser atendidas as directrizes ali determinadas. Naturalmente caberá ao mais alto escalão deste Poder decidir as acções e medidas que deverão ser adoptadas.

Para finalizarmos esta breve análise, ressalta-se que, lamentavelmente, a END deixou de empregar a expressão “Amazônia Azul” em seu texto, não espelhando desta forma a própria PDN, da qual deriva!

b. O Brasil e outros actores influentes com interesses no Atlântico Sul

O Atlântico Sul constituiu-se como um espaço geoestratégico vazio de poder ao longo do século XX (Castro, 1996: 9), não fosse o Conflito das Malvinas, em 1982, que o alçou, à época, ao centro da atenção mundial.

A Prof^a Therezinha de Castro já apontava em seus trabalhos a importância geopolítica do Atlântico Sul para o Brasil, em face do petróleo e do TM. Demonstrou a existência de “trampolins insulares” e a importância da Antárctica, sob uma visão geoestratégica. Segundo a eminente Professora, o triângulo estratégico posicionado pelas



ilhas britânicas de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha e a “Fortaleza das *Falklands*” formaria um autêntico trampolim voltado para a América do Sul e uma base de apoio logístico imprescindível para a rota marítima do Cabo. Por outro lado, as ilhas de Trindade e Fernando de Noronha seriam as “sentinelas avançadas” brasileiras para operações nos segmentos central e meridional do Atlântico. Um terceiro triângulo geoestratégico do Atlântico Sul, formado por *Shetlands/Sandwiches/Georgias* formaria um flanco sul de penetração na Antártica (ver Apêndice B). Como contraponto a este propósito, o Brasil providenciou a instalação, no início da década de 80 do século XX, da “Estação Comandante Ferraz” da MB, na Ilha Rei George, na Península Antártica (1996: 24).

O Atlântico Sul passaria a ter uma maior importância geoestratégica para o Mundo, no século XXI, a partir da constatação da existência de petróleo na PC nas margens continentais africana e sul-americana. De facto, para o Brasil, pontua o eminente cientista político Prof. Dr. Moniz Bandeira (em entrevista exclusiva para este autor) que “*a estimativa da Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo (ABGP), os campos descobertos na Bacia de Santos, litoral do Estado de S. Paulo, contém 33 bilhões de barris, o que quadruplica as reservas de petróleo do Brasil de 13 bilhões de barris (provados) para cerca de 46 bilhões de barris. Somente no campo de Tupi (litoral de Santos) há cerca de 5 a 8 bilhões de barris. Os dados são ainda muito imprecisos, mas de acordo com Stephanie Hanson, do Council on Foreign Relations, o volume de petróleo na camada pré-sal, que provavelmente se estende por 800 quilômetros, do Espírito Santo, norte do Rio de Janeiro, à Santa Catarina, deve ser da ordem de 70 a 100 bilhões de barris, além de grande volume de gás. O Produto Interno Bruto do Brasil (PIB), em 2010, ultrapassa o valor US\$ 2 trilhões, segundo a paridade de poder de compra, conferem ao Brasil enorme força de gravidade, inclusive por ser a única potência industrial do hemisfério*”. Com efeito, as preocupações com o Atlântico Sul passaram então a assumir uma nova dimensão, o que é comprovado, segundo o mesmo cientista político, ao afirmar que “*a garantia do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação depende, fundamentalmente, do Brasil, com o apoio da Argentina e entendimento com a África do Sul. Porém as ameaças existem, na medida em que são descobertas jazidas de pré-sal ao longo da costa brasileira. A Grã-Bretanha trata de explorar a possibilidade de petróleo no mar em torno das Ilhas Malvinas e os Estados Unidos restabeleceram, formalmente, a IV Frota, para navegar no Atlântico Sul. China e Índia fazem o mesmo*”.

No mesmo diapasão, o Contra-Almirante Reis (em entrevista exclusiva para este autor), Chefe do Departamento de Ensino da Escola de Guerra Naval da MB, acrescenta:



“os organismos, estados e entidades que têm capacidade de aplicar poder ou exercer pressões na região da `Amazônia Azul` são, basicamente: OTAN, EUA, Rússia, Reino Unido, França. Em menor grau: Argentina, China, Espanha, Itália e Índia. Frotas pesqueiras de países grandes produtores de pescado. Grandes multinacionais de prospecção de recursos minerais, notadamente petróleo. Grupos terroristas. Grupos radicais de meio ambiente. A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA). Deve ser considerado que a China e a Índia ampliam de forma variada e significativa, suas presenças na África e na América do Sul. A IV Esquadra não é um problema de visão apenas da América do Sul, ela está afinada com o Comando para África criado pelos EUA, com visão estratégica de médio e longo prazo, para garantir o fluxo das linhas de comunicações para recursos primários fundamentais ao seu sistema produtivo”.

Com efeito, constatamos que interesses de actores internacionais apontam agora na direcção do Atlântico Sul, embora muitos nem sequer sejam países do hemisfério sul. Ora, se outros países pretendem estar presentes nesta área geopolítica, a conclusão é simples ... resta ao Brasil ocupar o espaço que lhe cabe no cenário do Atlântico Sul, como principal potência da região. Requisitos não faltam ao País, dentre os quais destacam-se: posição geoestratégica dominante no Atlântico Sul; extensão territorial e marítima; economia diversificada, forte e em franco desenvolvimento; sistema político democrático consolidado; população expressiva; carácter psicossocial da sua população, optimista e confiante em relação ao futuro; RI pautadas pelo multilateralismo; tecnologia de fronteira em determinados sectores estratégicos; e, a firme intenção política do Estado em valorizar o mar e a sua defesa.

De igual forma, para atender ao propósito de uma defesa multinacional no Atlântico Sul, o Brasil valoriza as RI com os países da América do Sul, especialmente com a Argentina e Uruguai; da África Austral, nomeadamente África do Sul, Angola e Namíbia, com quem mantém projectos de cooperação técnico-militar; e, com as nações que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esta condição estratégica pode ser realçada pelas palavras do eminente Prof. Dr. Moniz Bandeira, na mesma entrevista anteriormente citada: *“O objectivo estratégico do Brasil é integrar a América do Sul não apenas como espaço económico, mas igualmente como um espaço geopolítico, de modo a transformá-la numa potência e obter melhor inserção mundial e aumentar o poder de negociação e competição com outros grandes espaços económicos, tais como União Europeia, China, Estados Unidos, Rússia e Índia”.*



Pelo exposto, ressalta-se a existência das principais organizações regionais voltadas para segurança e defesa, das quais o Brasil faz parte como proeminente interlocutor: Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS)¹⁸ e CPLP (ver o Apêndice C e os Anexos I e II).

c. Referência à economia brasileira e a sua relação com a Defesa

A construção de um modelo de defesa para um país com a dimensão política e económica do Brasil no cenário mundial é uma questão que precisa ser enfrentada com determinação, sem falsos alarmismos, mas também sem hesitações. Cabe ao Poder Político transformar em acções, as necessidades de meios para que o País esteja em condições de defender seus interesses no mar, o que se dá pelo fortalecimento do Poder Naval¹⁹.

A conquista de um Poder Naval compatível com a magnitude actual do Brasil está directamente relacionada à capacidade da economia em ter condições de responder para tanto. Isto corresponde exactamente à posição da economia contemporânea brasileira. Com efeito, a grandeza do poder económico do País em 2010, representada pelo seu PIB, atingiu o valor de cerca de US\$ 2,18 mil bilhões (preços de paridade de poder de compra), o que, em termos comparativos, significa dizer que o País ascendeu à sétima posição mundial²⁰. Deverá consolidar-se nesta posição no próximo ano, em face da taxa de crescimento da economia prevista entre 4,5% e 5%, considerada pelo Governo Brasileiro como o patamar sustentável para não provocar um sobreaquecimento. Naturalmente considera-se que os investimentos sociais têm prioridade, mas a questão da Defesa não pode ser negligenciada diante do patamar que se prospecta para o Brasil, em médio espaço de tempo, conforme demonstra-se pelo gráfico abaixo.

¹⁸ A AMAS é coordenada a cada dois anos, alternadamente, pela MB e pela Armada da República Argentina.

¹⁹ No caso da MB, a questão deve ser cuidadosamente analisada, pois, como é característica da Força, as operações no mar desenrolam-se fora do alcance de visibilidade diária da sociedade. Para atenuar esta deficiência é fundamental desenvolver-se um completo programa de comunicação social que vise ao esclarecimento e ao convencimento da opinião pública sobre o tema da defesa e segurança marítima do País, o que vem sendo construído paulatinamente pela MB, com resultados positivos (www.mar.mil.br).

²⁰ Dados mais recentes, conforme veiculado pelo influente jornal “O GLOBO”, em 03 de Março de 2011.

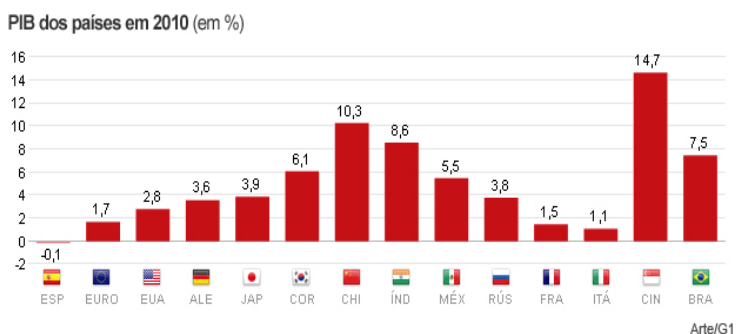


Gráfico nº 3 - Taxa de crescimento do PIB de grandes economias mundiais

Certamente, a relação entre os campos económico e da defesa interliga-se directamente a um desenvolvimento económico vigoroso, consistente e sustentável. Apenas uma economia forte pode propiciar condições para que o Brasil projecte-se no jogo estratégico mundial, como actor decisivo.

Com efeito, seria oportuno apontar o pressuposto da END que atesta esta relação: *“a Estratégia nacional de defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação. Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento.”* (Brasil, 2008:1).

d.O Brasil e a defesa da “Amazônia Azul”: desafios

Para o Estado Brasileiro, o conceito de Segurança tem como definição: *“condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais”*. No mesmo sentido, a Defesa Nacional é definida como: *“o conjunto de medidas e acções do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”* (Brasil, 2005:1).

A nível político, pontua claramente a END que: *“se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no Mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente de agressões, mas também de ameaças”* (Brasil, 2008:1). Evidencia-se nestes conceitos o aspecto comum da preocupação com ameaças (grifo nosso), não havendo, por outro lado, a referência a “inimigos”.



De facto, o Brasil não tem inimigos. Rege suas RI pelos princípios da não-intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos, ao mesmo tempo que propugna uma ordem internacional baseada nos valores democráticos, no multilateralismo, na cooperação, especialmente com países menos favorecidos pelo desenvolvimento económico e social e pela proscrição de armas de destruição em massa ²¹(ADM). Por outro lado, o Brasil não pode tornar-se refém de ameaças que implicariam em pressões políticas, económicas e constrangimentos na esfera militar, os quais poderiam ser neutralizados, se o País dispusesse de meios militares dissuasórios. Os responsáveis pelo planeamento de Defesa e da Política Externa devem ter em mente que não podem esperar que as ameaças venham a concretizarem-se em acções por parte de terceiros, para então cuidar delas. Antes, devem ser desenvolvidas as capacidades brasileiras para preveni-las e contê-las (Vidigal, 2008: 2).

Há que se considerar, diante do cenário internacional, que podem surgir futuramente ameaças, inclusive de cunho militar, que envolvam disputas por recursos estratégicos marítimos da PC e por recursos hídricos existentes na ZC brasileira. Paralelamente, o quadro mundial vigente impõe que o Poder Militar brasileiro, especialmente o seu Poder Naval, esteja preparado para enfrentar nas águas da “Amazônia Azul”, as denominadas “novas ameaças”, dentre as quais se destacam: os crimes transnacionais, como o tráfico de drogas e de armas; o terrorismo internacional; os desastres naturais ou provocados pelo homem; e, a pesca irregular praticada por barcos estrangeiros ou nacionais.

Como anteriormente apresentado, a PDN priorizou duas áreas geoestratégicas para o Brasil: a Amazônia e o Atlântico Sul, ambas em função dos recursos que encerram e das vulnerabilidades das extensas fronteiras terrestre e marítima que as cercam. Por conseguinte, a END dispôs sobre a reorganização espacial geográfica das FFAA no território, visando primordialmente a defesa da Amazônia. No que concerne ao Poder Naval, determinou que a MB tenha uma maior presença na foz do Rio Amazonas, o que deverá ter como consequência a necessidade de constituição de uma segunda Esquadra²² e uma nova Divisão Anfíbia, a serem sediadas no litoral Norte do Brasil, possivelmente na Baía de São Marcos, em São Luís do Maranhão (Pesce, 2009: 4).

²¹ São consideradas ADM pelo Brasil armas químicas, biológicas e nucleares (Brasil, 2005:4).

²² A MB tem, nos dias actuais, uma única Esquadra, cuja sede fica na Ilha de Mocanguê Pequeno, na Baía da Guanabara, entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói.



Paralelamente, a END identifica a área marítima que vai do litoral de Santos à Vitória como fundamental e crítica para a defesa da soberania e dos interesses nacionais brasileiros (Pesce, 2009: 3). Com efeito, trata-se de sector da “Amazônia Azul”, onde se concentra a maior parte da produção de petróleo e gás do Brasil e que poderá estender-se tanto para o Sul, em direcção ao litoral de Santa Catarina, quanto para o litoral Nordeste, em face da possibilidade de existência de outras reservas de petróleo.

Pelo exposto, infere-se que o Brasil deve dispor de uma marinha poderosa, que conte ainda com o apoio de meios aéreos de uma força aérea, para que este conjunto tenha capacidade de dissuadir ameaças de qualquer natureza, em zonas marítimas estratégicas, sejam estas perpetradas por actores estatais ou por elementos de forças não-convencionais ou criminosas. No caso brasileiro, a estratégia da dissuasão, na sua vertente defensiva, será sempre buscada. Entretanto a MB deverá estar em condições de impor um elevado custo estratégico-militar a um eventual oponente, obrigando-o a desistir de propósitos que sejam contrários aos interesses brasileiros no mar. As eventuais ameaças deverão, em caso de conflito, ser contidas além dos limites das AJB, o que pressupõe a necessidade de uma marinha com elevada capacidade oceânica e forte poder submarino (Brasil, 2008: 20).

As actividades de segurança ligadas ao mar no caso brasileiro, no domínio da Defesa²³, envolvem também a vigilância, o monitoramento, o acompanhamento do TM e, caso necessário, o posicionamento de unidades navais para responder prontamente a situações de crises ou emergências que ocorram no mar (Faria, 2008: 58).

Para atender ao arcabouço estratégico previsto na PDN com relação à segurança e defesa marítima, a MB emprega, actualmente, uma Esquadra, como núcleo do Poder Naval brasileiro, sediada no Rio de Janeiro. O preparo deste Poder Naval é orientado para estar em condições de atingir os seguintes propósitos simultaneamente em zonas marítimas de interesse para a defesa brasileira:

- a) Dissuadir atitudes hostis por parte de oponentes e estimular as favoráveis;
- b) Proporcionar respaldo militar e exercer uma persuasão adequada a cada situação de crise, conforme requerido pela acção política, no âmbito das RI;
- c) Manter as LCM brasileiras essenciais;
- d) Operar de forma combinada com as demais FFAA, como e quando necessário;
- e) Contribuir para a garantia do uso das calhas principais e hidrovias secundárias, na Bacia Amazónica e no Rio Paraguai.

²³ Outro campo para actuação no mar, refere-se basicamente ao conceito de segurança nos seguintes níveis: ambiental, dos profissionais que usam o mar, da navegação, da protecção dos portos e das operações SAR.



Para atingir tais propósitos, a Doutrina da MB prevê, em caso de conflito militar, o emprego do Poder Naval para realizar as seguintes tarefas básicas:

- Controlar área marítima - consiste em obter o maior grau possível de garantia na utilização de áreas marítimas, na intensidade adequada ao apoio e à defesa dos interesses brasileiros no mar, por um período de tempo limitado;
- Negar o uso do mar - consiste em dificultar o estabelecimento do controlo de área marítima por um oponente;
- Projectar poder sobre terra - tarefa que traduz-se em levar a capacidade de combate ao território ocupado pelo oponente ou a negação ao oponente do uso de uma área capturada no próprio território nacional;
- Contribuir para a dissuasão - consiste em se ter um Poder Naval adequado que inspire credibilidade quanto ao seu emprego e que evidencie tal condição por acções de presença ou demonstrações de força, quando e onde for oportuno.

O emprego do Poder Naval para apoiar a acção política do estado no âmbito internacional constitui-se também como uma outra modalidade de emprego. A actuação pronta e de forma graduada, quanto ao uso da força deste poder, permite escalonar o nível de crises político-estratégicas, de acordo com a orientação política.

Para reagir tempestivamente a qualquer necessidade de emprego do Poder Naval, a MB mantém forças prontas, com máximo grau de aprestamento, equipadas com meios navais, aeronavais, de fuzileiros navais e agrupamentos de operações especiais. A Esquadra, a Força de Fuzileiros da Esquadra e as forças de comandos navais de área (distribuídos ao longo do território nacional) são mantidas constantemente prontificadas para uma primeira acção de carácter naval. Tais meios não representam a totalidade das unidades prontas, as quais, em caso de escalada do conflito, também serão accionadas.

Com efeito, aponta-se que a MB é a única do hemisfério sul que dispõe de uma força naval enucleada em um Navio-Aeródromo de médio porte, com capacidade de operar aviação de interceptação e ataque, defendido por uma cobertura completa, formada por navios de escolta e navios de apoio logístico. Esta força naval é capaz de realizar, de forma simultânea, operações de superfície, anti-submarino, submarinas, anfíbias e aéreas. Destaca-se também que é a única Marinha nesta parte do Globo que tem a capacidade de construir submarinos. Dispõe ainda a MB de capacidade de projectar poder sobre terra, ao possuir um CFN que mantém em condições de pronto emprego uma Unidade Anfíbia, no valor de brigada, que é composta basicamente por batalhões de infantaria, engenharia,



artilharia, viaturas anfíbias, carros de combate, guerra electrónica, comunicações e logística.

Neste mesmo contexto, para contribuir com a tarefa de defesa no mar, a FAB opera com aviação de patrulha marítima baseada em terra e contará em breve com nove aeronaves P-3A *Orion* destinadas à patrulha marítima e à guerra anti-submarino, as quais encontram-se em fase final de modernização pela empresa EADS CASA. Entretanto, destaca-se a observação do Contra-Almirante Reis, na mesma entrevista citada: *“O papel da FAB na patrulha e protecção da Amazônia Azul é fundamental, no entanto os meios de patrulha permanecem modestos e sua capacidade de defesa aérea na região é limitada, fruto da obsolescência de seus meios de combate. Espera-se com atenção a definição do melhor meio de caça a ser adquirido pelo Brasil, de modo a fortalecer a defesa aérea da região marítima”*. Esta situação precisa ser atacada com urgência pelo Estado Brasileiro.

Constata-se que embora o Brasil possua uma Marinha oceânica com razoável capacidade de combate, esta tem uma dimensão modesta para a defesa da “Amazônia Azul” e para a real magnitude do País. De facto, à medida que o País desponta no cenário internacional, aumentam as suas responsabilidades e, em paralelo, a competição entre os interesses que, não raro, mostram-se divergentes nas RI. Preparar o Poder Naval brasileiro para estar à altura dos desígnios que se colocam perante o Brasil, em consonância com o previsto na END, é portanto um enorme desafio.

Neste entendimento, ao visar o fortalecimento do Poder Naval para o cumprimento das directrizes emanadas da END, a MB preparou um “Plano de Articulação e Equipamento” (PAEMB) que estender-se-á para além de 2030. A primeira etapa planeada deste plano para um período de seis anos foi iniciada em 2008 e requer investimentos da ordem de US\$ 4,55 mil milhões (Pesce, 2009: 5). Tal plano prevê, em linhas gerais, um significativo aumento do efectivo de pessoal da MB²⁴ e a obtenção de novos meios navais no estado da arte, a serem construídos no Brasil, contando com parcerias estratégicas com outros países. Com relação aos meios navais, podemos sumariamente destacar a obtenção de três novas fragatas de 6.000 tons e de 32 novos navios de patrulha, sendo 27 de 500 tons e cinco de mil tons (estes já em construção). O plano prevê ainda modernizações do Navio Aeródromo (NAe) “São Paulo”, de três fragatas, quatro corvetas, cinco submarinos da Classe “Tupi” e das aeronaves de interceptação e ataque que compõem a ala aérea

²⁴ Estima-se a criação de 30.000 novos empregos directos e de 100.000 indirectos, adicionalmente às oportunidades geradas em decorrência do PAEMB. O aumento do efectivo pleiteado pela MB é de cerca de 70.000 novos cargos de civis e militares (disponível em: www.mar.mil.br).



embarcada do NAe (já em andamento). Há ainda a previsão para aquisição de variados tipos de aeronaves (helicópteros e aviões AEW), viaturas anfíbias e de armamentos, principalmente torpedos e mísseis. Por se tratar de um plano multifacetado muitas das acções aqui sumariamente citadas encontram-se em andamento. Outras, como por exemplo o programa de obtenção de três novas fragatas encontra-se em fase de estudos.

Pelo exposto, verifica-se que o engrandecimento da MB, no que se refere especificamente aos meios de superfície e aeronavais, mostra-se como um grande desafio a ser superado, para que a estratégia de presença na “Amazônia Azul” seja eficaz, pois o que a determina é a existência de navios em patrulha ou realizando acções e operações diuturnas que marquem a onnipresença do Estado Brasileiro nesta área (Ribeiro, 2006: 11). A MB considera que se estes tipos de acções mostrarem-se tímidas, ilícitos como pirataria, contrabando, despejos ilegais de material poluente, exploração da fauna, entre outros, encontram terreno fértil de propagação no mar.

Por outro prisma, a END estabelece para a MB que *“a prioridade é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima. A negação do uso do mar ao inimigo é a que organiza, antes de atendidos quaisquer outros objectivos estratégicos, a estratégia de defesa marítima do Brasil”* (grifo nosso). Ora, para a tarefa de negação do uso do mar, o meio naval por excelência é o submarino. Este tipo de plataforma naval, ao operar isolado e de forma velada, torna-se capaz de oferecer uma ameaça real a uma força naval que se aventure a fazer uso de uma região marítima. A própria incerteza quanto à presença de um submarino oculto pela massa marinha configura-se como um factor de elevado risco para forças navais oponentes, a ponto de tornar-se inaceitável o seu emprego, pelo menos da forma clássica conhecida.

Ao considerarmos as dimensões da “Amazônia Azul”, o meio naval que melhor responde às necessidades estratégicas brasileiras é o submarino nuclear de ataque brasileiro (SNBR). Este meio, se comparado a submarinos convencionais, possui destacadas vantagens tais como: grande velocidade em imersão, o que o possibilita interceptar forças navais em aproximação e mudar eficientemente de zonas de patrulha; capacidade de permanecer por longos períodos de tempo em patrulha; independência logística no mar, limitada ao estoque de armas (torpedos e mísseis) e de alimentos; elevada capacidade de ocultação; grande autonomia, limitada apenas ao factor de resistência psicológica de sua tripulação; maior capacidade de transportar armamentos e ampla gama de sensores. Destarte, o argumento fundamental que aponta para a decisão do Brasil em obter o SNBR é



sintetizada em uma única frase: um submarino nuclear de ataque obtém o efeito desejado dissuasório!

Visando o propósito de assegurar o fiel cumprimento do que estabelece a END para prover maior capacidade à MB de “*negar o uso do mar*”, foi firmado um acordo de cooperação entre os Governos da França e do Brasil que prevê a transferência de tecnologia para a construção de quatro submarinos convencionais no Brasil, baseados na Classe francesa *Scorpène* e para o projecto do casco do submarino de propulsão nuclear, como aspecto fundamental. Pode-se mencionar como pontos principais deste acordo que envolvem tecnologia de ponta: estrutura do casco resistente, condições de desempenho hidrodinâmico, periscópios, sistemas de combate e de comunicações, teste dos hélices em laboratórios especializados.

Constata-se que o maior desafio a ser enfrentado pelo País, com o propósito de garantir a estratégica defesa nacional no mar, é o programa de obtenção do SNBR. Com efeito, um programa desta dimensão²⁵ não se enquadra puramente para atender a um propósito isolado e específico de uma das FFAA. De facto, este é um plano que extrapola os interesses da MB, configurando-se, verdadeiramente, como um projecto da Nação Brasileira!

Decerto que este plano é identificado como um factor de desenvolvimento e segurança para a sociedade brasileira. Desenvolvimento, por ser *dual* e, assim, trazer inúmeros benefícios para o campo tecnológico brasileiro. No que se refere à Segurança, por atender plenamente aos propósitos da END que, como instrumento institucional, representa a legítima vontade da Nação Brasileira.

Este é, sem dúvida, o maior desafio da MB e certamente o maior salto tecnológico que o Brasil tem pela frente. Por ser *dual*, permite um arrasto tecnológico que permeia toda a capacidade científica-tecno-industrial brasileira, passando pela medicina (fármacos e equipamentos radioactivos); agricultura (fertilizantes e tratamento de alimentos contra pestes); indústrias electroeletrónica, mecânica e mecatrónica; e pesquisa e desenvolvimento científico de ponta. Tal projecto elevará a condição tecnológica do País a um outro patamar. As condições para isto já estão firmemente plantadas.

A MB, desde 1979, vem desenvolvendo um programa voltado para possibilitar o alcance da tecnologia de propulsão nuclear em submarinos, o que envolve o ciclo de

²⁵ Outro projecto tecnológico que também configura-se como um grande desafio para o Brasil, está relacionado ao Programa Nacional de Actividades Espaciais. Este projecto está voltado para o campo da pesquisa e da exploração espacial (disponível em: www.aeb.gov.br).

enriquecimento do combustível, o projecto do reactor de água pressurizada e a planta de propulsão nuclear, partes a serem desenvolvidas integralmente no Brasil, em parceria com a Universidade de São Paulo e com o concurso de mais de 30 empresas.

O então Presidente Lula, em visita realizada ao Centro Experimental de Aramar da MB, em Julho de 2008, motivado pela dimensão deste programa, pelo arrasto tecnológico que ele proporciona ao País e pela importância estratégica para a MB e para o Brasil, anunciou que os recursos necessários para a conclusão do projecto do reactor serão liberados (US\$ 606 milhões, distribuídos ao longo de oito anos – cerca de US\$ 78 milhões/ano). Ao ser mantido este fluxo de investimentos, na verdade muito diminuto para o potencial económico do Brasil, o reactor poderá ser testado ainda em 2014.

Como vencer este desafio? Pela decisão política e democrática, apoiada por medidas concretas, que visem ao fortalecimento do Poder Naval brasileiro e, por conseguinte, do sucesso do projecto do SNBR, que tem o propósito de assegurar a soberania do vultoso património marítimo do Brasil, representado pela “Amazônia Azul”!

e. Considerações parciais

O Brasil passou a atribuir elevada prioridade ao tema de “Defesa”, com a promulgação da PDN em 2005, pelo mais alto nível do Poder Político do País e da sua estratégia decorrente, concretizada pela END que foi estabelecida em 2008.

A PDN definiu a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul como áreas prioritárias para a Defesa do Brasil, em face de suas extensas e vulneráveis fronteiras terrestres e marítimas e pela riqueza de recursos que ambas as áreas encerram. Por seu turno, a END estabeleceu no mar duas áreas estratégicas consideradas fundamentais para a manutenção da soberania e dos interesses brasileiros. A primeira destas áreas é a foz do Rio Amazonas, por ser o caminho natural de entrada para Amazônia a partir do mar. A outra área enquadra o sector marítimo sudeste, entre os litorais de Santos e Vitória, por ser a principal região produtora de petróleo do País.

O Atlântico Sul, que configurava-se como uma área vazia de poder, praticamente ao longo de todo o século XX, passou a ter sua importância geopolítica reequacionada no cenário mundial, em face do aumento da produção de petróleo na PC dos países costeiros desta região. Neste novo quadro podem surgir ameaças, inclusive de cunho militar, que envolvam disputas por tal recurso energético.

Diante deste enquadramento, os interesses brasileiros no Atlântico Sul, especialmente na “Amazônia Azul”, poderão também estar sujeitos a tais ameaças. Por



consequente, infere-se que o Brasil deverá possuir um Poder Naval credível que inspire efectiva capacidade de dissuasão perante eventuais oponentes. Tal condição passa necessariamente pelo engrandecimento da MB. Para tanto, encontram-se em andamento vultosos programas estratégicos que visam dotar a MB de meios navais de superfície e, principalmente, de submarinos para propiciar uma eficaz estratégia de presença e de negação do uso do mar nas zonas marítimas de interesse estratégico do País.

Dentre tais programa destaca-se sobretudo o do SNBR que representa um dos maiores desafios tecnológicos a ser superado pelo Brasil no presente. Este projecto é, ao mesmo tempo, estratégico, por enquadrar-se perfeitamente nas directrizes emanadas da EDN e dinamizador do desenvolvimento brasileiro, pelo alto grau tecnológico que incorpora. Desta forma, transforma-se em um Projecto Nacional, deixando de ser uma necessidade estritamente do âmbito militar-naval.

Ressalta-se que tais projectos podem ter suas execuções plenamente garantidas, em face das promissoras condições económicas actuais e prospectadas para o Brasil.

Desta forma, valida-se a HIP 3.

Conclusões

Para concluir este trabalho de investigação é necessário apresentar os principais pontos nele analisados, o que permitirá responder à QC.

No primeiro capítulo, procurou-se mostrar uma síntese das teorias geopolíticas clássicas, o que permitiu enquadrar o trabalho em termos científicos. Com base neste contexto, demonstrou-se por meio de uma análise histórica, que o Brasil nasceu da epopeia marítima protagonizada por Portugal na “Era dos Descobrimentos” e que o mar foi cenário de eventos fundamentais para a formação do País como estado e nação. Procurou-se evidenciar assim, que o mar, o Poder Naval e a Marinha sempre foram elementos fundamentais para o Brasil. A seguir, procurou-se mostrar como os conhecimentos das teorias geopolíticas clássicas foram empregados em momentos distintos da vida nacional brasileira, conforme o Estado Brasileiro julgasse necessário acolhê-los em sua acção política e estratégica.

A importância da valorização do mar voltava a ter relevância no Brasil com a entrada em vigor da CNUDM, constatando-se que o País reúne, ao mesmo tempo, as condições geopolíticas da continentalidade e da maritimidade. Neste contexto, com o propósito de voltar a despertar no seio da Nação Brasileira a importância económica, social e estratégica do mar, a MB lançava, em 2004, a ideia-conceito da “Amazônia Azul”, *“assim chamada, não por sua localização geográfica, mas pelos seus incommensuráveis recursos naturais e grandes dimensões”* (Brasil, 2011:1).

No segundo capítulo, procurou-se mostrar como se chegou à conformação da “Amazônia Azul”, a partir de um grandioso trabalho de cunho científico realizado pela MB. Este espaço marítimo no Atlântico Sul, sobre o qual o Brasil passou a ter direitos soberanos, de acordo com os preceitos internacionalmente reconhecidos da CNUDM poderá atingir uma área de cerca de 4,5 milhões de km².

A seguir, o trabalho demonstrou que há factores geopolíticos em relação ao mar, dos quais o País não pode prescindir. Nesta investigação o foco de atenção projectou-se sobre dois dos mais importantes destes factores: o TM e o petróleo. O primeiro configura-se como um dos vectores para a inserção do Brasil na economia globalizada, ao ser empregado para efectuar, praticamente na sua totalidade, as expressivas e crescentes trocas comerciais do País com o Mundo. O segundo factor, o petróleo, concretiza-se como recurso energético fundamental para movimentar a pujante economia brasileira. As expectativas reais quanto ao aumento da produção de petróleo na PC da “Amazônia Azul”



permitem antever um novo e elevado patamar do Brasil no cenário internacional da indústria petrolífera, em face não só das reservas actuais, bem como das previstas.

No terceiro capítulo foram apresentados pontos importantes da PDN promulgada em 2005. Verificou-se que esta política reflecte a condição geopolítica do Brasil, ao atribuir prioridade às duas principais áreas de interesse geoestratégico: a Amazônia e o Atlântico Sul. Constatou-se que esta decisão se deu em decorrência das riquezas em recursos que tais áreas concentram e da vulnerabilidade das suas extensas linhas de fronteira. No que se refere ao mar, a PDN destaca a importância geopolítica e geoestratégica do Atlântico Sul para o Brasil e, de forma inédita, refere-se neste contexto à “Amazônia Azul”.

A estratégia decorrente da PDN, plasmada no documento END, definiu como principais áreas de interesse para a Defesa do Brasil no mar, a Foz do Rio Amazonas, por ser esta a zona de entrada na região a partir do mar; e, a área marítima que vai de Santos à Vitória, no litoral sudeste brasileiro, por ser esta a principal região produtora de petróleo do Brasil. Desta forma, a END reflecte as prioridades de áreas geoestratégicas estabelecidas pela PDN, citadas anteriormente.

A END aponta ainda que o Brasil precisa estar preparado para contrapor-se a eventuais agressões e ameaças, em nome da defesa de sua soberania e de seus amplos interesses, inclusive no mar. Verificou-se que no contexto mundial vigente, uma busca por recursos energéticos, especificamente o petróleo, poderá trazer ameaças aos países que detêm soberania sobre regiões produtoras deste recurso no Atlântico Sul, região que, praticamente durante todo o século XX configurava-se como de pouca importância geopolítica e vazia de poder.

Perante este enquadramento, foi mostrado que o Brasil, por ter uma posição dominante na margem ocidental do Atlântico Sul e por reunir condições geopolíticas para projectar-se como potência regional nesta região, necessita assegurar uma soberania plena sobre a “Amazônia Azul”, para manter seu desenvolvimento económico e social.

Pelo exposto, o presente trabalho procurou demonstrar que o atingimento desta condição passa, irremediavelmente, pelo fortalecimento do Poder Naval Brasileiro e também da sua capacidade militar aérea. No que concerne especificamente à MB, verificou-se que há importantes programas em desenvolvimento para reequipar a força naval, que podem ser perfeitamente sustentados pela forte capacidade económica actual e a prospectada para o Brasil.



Ao analisar as tarefas que cabem à MB nas águas da “Amazônia Azul”, em consonância com a END, identificou-se a necessidade da força naval actuar segundo as estratégias da presença e da negação do uso do mar. Para tanto, faz-se necessário o engrandecimento da MB, na sua capacidade de superfície e submarina.

De facto, o maior desafio que se coloca ao País, no domínio da Defesa, é o programa de construção do SNBR. O presente trabalho procurou mostrar, como principal contributo, que este programa extrapola os limites da MB, para transformar-se em um Projecto da Nação, em face da sua dimensão estratégica e do significado que ele tem para o desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Assim, com base no que foi demonstrado no presente trabalho de investigação, responde-se à QC, qual seja: **“Quais são os desafios a serem superados pelo Brasil, no domínio da Defesa, para garantir a soberania sobre a “Amazônia Azul”, como seu espaço geopolítico?”**, apontando:

- a) A conscientização da Nação Brasileira sobre a importância económica, social e estratégica que o mar tem para o País, por meio da difusão da ideia-conceito da “Amazônia Azul”;
- b) O reconhecimento pela CLPC da ONU da área integral da “Amazônia Azul” que inclua os limites finais reivindicados pelo País para a PC brasileira, em consonância com a CNUDM;
- c) O engrandecimento do Poder Naval Brasileiro, por meio da concretização oportuna dos programas de aparelhamento da MB, ora em andamento ou em fase de estudos;
- d) O sucesso do programa para obtenção do SNBR, que na realidade constitui-se como o maior desafio ao País no domínio da Defesa, o que garantirá invejável capacidade de dissuasão ao Poder Naval Brasileiro.

A realidade geopolítica comprova a necessidade do Brasil dispor de meios dissuasórios para actuar prontamente e com firmeza na defesa de sua soberania e de seus interesses no Atlântico Sul, especialmente na “Amazônia Azul”. Esta postura traduz-se não em fazer a guerra, mas sim, em garantir a Paz!

Para finalizar este trabalho, sugere-se que a expressão “Amazônia Azul” seja introduzida na END, pelo MD brasileiro, para que assim este documento torne-se absolutamente fiel à PDN e deixe claro à Nação Brasileira e aos demais países do Mundo que no Brasil o mar tem um nome: **“Amazônia Azul”**!



Bibliografia

1. Livros, publicações e documentos oficiais:

- ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto, SILVA, Léo Fonseca (2006). *Fatos da História Naval*. 2a ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 184.
- ALMEIDA, CMG (RM1)(BR) Francisco Eduardo Alves de (2010). *Alfred Thayer Mahan e a Geopolítica (V)*. Rio de Janeiro: Revista Marítima Brasileira, v. 130, nº 04/06, 336.
- ALMEIDA, CMG (RM1)(BR) Francisco Eduardo Alves de (2010). *Alfred Thayer Mahan e os Princípios da Estratégia Naval (IV)*. Rio de Janeiro: Revista Marítima Brasileira, v. 130, nº 01/03, 336.
- BOEHMER Jr., CMG (BR), Hermann Iberê Santos (2009). *A Segurança do Atlântico Sul - O Papel do Brasil*. Trabalho de Investigação Individual do CPOG (2008-09). Lisboa: IESM, 46.
- BRASIL (1998). *Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 249.
- BRASIL (1998). *Lei Complementar nº 97*, de 9 de Junho de 1999. *Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas*. Brasília: Diário Oficial da União, de 10 de Junho de 1999.
- BRASIL (2005). *Decreto nº 5.484*, de 30 de Junho de 2005. *Aprova a Política de Defesa Nacional e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial União, de 1º de Julho de 2005.
- BRASIL (2008). *Decreto nº 6.703*, de 18 de Dezembro de 2008. *Aprova a Estratégia Nacional de Defesa e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial da União, de 19 de Dezembro de 2008.
- BRASIL (2010). *Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2010*. Rio de Janeiro: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).
- CASTRO, Therezinha de (1994). *Nossa América: geopolítica comparada. Atlântico Sul no contexto regional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 362.
- CASTRO, Therezinha de (1996). *Atlântico Sul: geopolítica e geoestratégia*. Publicação LS813-96. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 60.



- GOMES, Laurentino (2010). *1822 – Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para não resultar*. Porto: Porto Editora Ltda., 285.
- FARIA Jr. CMG (BR) Luiz Carlos (2008). *Segurança Marítima Hemisférica. Desafios para as Marinhas da Argentina e do Brasil*. Tese de Mestrado do Curso 2008. Washington: Colégio Interamericano de Defesa.
- FLORES, ALM (BR)(Ref) Mário César *et al* (1972). *Panorama do Poder Marítimo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 445.
- FLORES, ALM (BR)(Ref) Mário César (1984). *Atlântico Sul – Uma perspectiva naval brasileira*. Lisboa: ISNG.
- FREITAS, Jorge Manuel Costa (1999). *A Escola Geopolítica Brasileira*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 291.
- MATTOS, GEN (BR) Carlos de Meira (1980). *Atlântico Sul: sua importância estratégica*. Rio de Janeiro: Revista “A Defesa Nacional” nº 688, pp. 73-90.
- MATTOS, GEN (BR) Carlos de Meira (1990). *Geopolítica e Teoria de Fronteiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 116.
- MEDEIROS, CMG (BR) Roberto Carvalho de (2010). *Será mesmo importante um submarino com propulsão NUCLEAR para a protecção da Amazônia Azul?* Rio de Janeiro: Revista do Clube Naval, nº 354, Abr./Jun. 2010, 74.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (2009a). *A integração da América do Sul como espaço geopolítico*. Rio de Janeiro: Palácio Itamaraty. Trabalho apresentado em seminário sobre integração da América do Sul, em 23 de Julho de 2009.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (2009b). *O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior*. Munique, Alemanha: Consulado-Geral do Brasil. Trabalho apresentado em seminário sobre integração da América do Sul, em 7 de Novembro de 2008.
- PEDRETI, CMG (BR) Júlio César Marrocos (2007). *A geopolítica de afirmação nacional e integração regional e a política externa brasileira*. Monografia do Curso de Política e Estratégia Marítimas 2007. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 45.
- PEREIRA, ALM (Ref) Mauro César Rodrigues (2008). *Pensamento estratégico e Defesa Nacional*. [Em linha], [referência de 12 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: www.mar.mil.br.



- PESCE, Eduardo Ítalo (2009). *Marinha do Brasil: perspectivas*. [Em linha], [referência de 12 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: www.mar.mil.br.
- RIBEIRO, Luciano Roberto Melo (2006). *Poder Naval: a Marinha do Brasil*. Rio de Janeiro: Action Editora, 144.
- SERAFIM, Carlos Frederico Simões, *et al* (2006). *A Importância do mar na História do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, 216.
- SILVA, CMG (BR) Alípio Jorge Rodrigues da (2007). *Amazônia Azul: a nova realidade geopolítica brasileira*. Monografia do Curso de Política e Estratégia Marítimas 2007. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 54.
- SILVA, João Aranda e (2010). *Atlântico Sul. Um Tratado para a Paz ou uma Rota de Colisão Geopolítica - Reflexão*. Angra do Heroísmo: Tipografia Açor, 79.
- SILVEIRA, CMG (BR) Fernando Malburg da (2009). *Hidropolítica: a geopolítica das águas*. Rio de Janeiro: Revista do Clube Naval, nº 349, Jan/Mar 2009, 66.
- SIMIELLI, Maria Helena (1997). *Geoatlas*. São Paulo: Editora Ática, 89.
- TOSTA, COR (BR) Octávio (1984). *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 103.
- VIDIGAL, VALM (BR) Armando Amorim Ferreira (2004). *A missão das Forças Armadas para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revista Marítima Brasileira, v. 124, nº 10/12, p. 101-115, Out./Dez. 2004.
- VIDIGAL, VALM (BR) Armando Amorim Ferreira, *et al* (2006). *Amazônia Azul: o mar que nos pertence*. Rio de Janeiro. Record, 308.
- VIDIGAL, VALM (BR) Armando Amorim Ferreira (2008). *O Brasil na América do Sul. Uma análise político-estratégica*. Rio de Janeiro: Revista Marítima Brasileira, v. 128, nº 07/09, p. 100 -116, Jul./Set. 2009.

2. Fontes abertas consultadas (sítios na Internet):

- BRASIL (2010). Anuário Estatístico 2010 da Agência Nacional de Petróleo (ANP) (2009). [Em linha], [referência de 12 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.anp.gov.br/doc/anuario2010>.
- BRASIL (2010). Marinha do Brasil [Em linha], [referência de 12 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.mar.mil.br>, Secção “Programa Nuclear da Marinha”.



- BRASIL (2010). Marinha do Brasil [Em linha], [referência de 14 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.mar.mil.br>, Secção “Amazônia Azul”.
- BRASIL (2010). Marinha do Brasil [Em linha], [referência de 15 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.mar.mil.br>, Secção “Temas Relevantes”.
- BRASIL (2011). Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). [Em linha], [referência de 12 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.desenvolvimento.gov.br>.
- BRASIL (2011). Ministério das Relações Exteriores (MRE) (2010). [Em linha], [referência de 16 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.mre.gov.br>.
- BRASIL (2011). PETROBRAS. [Em linha], [referência de 24 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.petrobras.com.br>.
- O GLOBO (2011). [Em linha], [referência de 03 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.oglobo.com.br>.
- WIKIPEDIA (2011), [Em linha], [referência de 16 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_Comum_do_Sul.



Apêndices:

Apêndice A - Aspectos atinentes à Ciência Geopolítica.

Apêndice B - As principais LCM que cruzam as águas da “Amazônia Azul”.

Apêndice C - “Trampolins Insulares” no Atlântico Sul.

Apêndice D - Acordos e tratados internacionais voltados para a Segurança e Defesa na América do Sul.

Apêndice E - Percurso metodológico.

Anexos:

Anexo I - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

Anexo II - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.



Apêndice A

Aspectos atinentes à Ciência Geopolítica

O desenvolvimento crescente do emprego do avião em operações militares, a partir da fase final da Primeira Guerra Mundial, viria a suscitar a formulação de uma outra teoria geopolítica clássica, a denominada “Teoria do Poder Aéreo”.

Em 1921, Giulio Douhet, oficial do Exército Italiano, estudou as possibilidades do emprego do avião na guerra, passando a considerá-lo como a “arma suprema”, que procurava marcar, desta forma, uma posição teórica em oposição à Teoria do Poder Marítimo (Silva, 2007: 12). Com o emprego do avião, a partir de então, poderiam ser obtidas vitórias por meio de ataques maciços, na forma de bombardeios, a pontos estratégicos situados além da linha de retaguarda do inimigo e às cidades. A influência das ideias de Douhet levou os militares norte-americanos William Mitchell e Alexander P. Seversky, este russo naturalizado, a estudarem e defenderem concepções estratégicas baseadas no emprego do avião como arma de projecção de poder.

Após desenvolver estudos e experiências sobre tática e estratégia aéreas, Seversky tornou-se mundialmente conhecido como autoridade neste campo de actuação militar. Sua tese, designada de “Poder Aéreo” passou a ser aceita, com entusiasmo, nos EUA e no Canadá (Pedreti, 2007: 15). Pode-se definir Poder Aéreo, segundo esse estudioso, como *“capacidade que tem uma nação de defender seus interesses por meios aéreos”*. Assim, afirmava que o Poder Aéreo é, em face de sua importância estratégica, um instrumento da Política Nacional, assim como o Poder Marítimo o tinha sido, supostamente segundo àquele estudioso, no século XIX. Em termos sintéticos, pode-se afirmar que Seversky elaborou uma concepção aérea de emprego com um carácter global, partindo-se de uma projecção em azimuth equidistante, com centro no Pólo Norte da Terra. Nesta concepção geoestratégica, o Mundo seria dividido em duas áreas de domínio aéreo, uma delas cobriria os interesses da findada União Soviética (URSS) e a outra estaria dentro do alcance aéreo norte-americano. Basicamente, o autor concluía que a defesa dos interesses dos EUA dependeria do seu Poder Aéreo (Tosta, 1984:94-98).

Com o fim da II Guerra Mundial, o ordenamento do sistema internacional passaria de uma situação multipolar para bipolar, estabelecida com base no confronto entre os blocos ocidental, fortemente liderado pelos EUA e o comunista, dominado pela antiga URSS. As profundas diferenças entre esses dois blocos seriam marcadas no campo político



e ideológico, passando pela condução do modelo económico e pelo emprego estratégico dos meios militares. Assim, neste dois países, seriam desenvolvidas teorias geopolíticas que tinham como bases as teorias clássicas do Poder Marítimo, de Mahan e do Poder Terrestre, de Mackinder.

Neste contexto, a “Teoria das Fímbrias”, de 1942, foi desenvolvida pelo holandês, naturalizado norte-americano, Nicolas John Spykman que adoptaria a ideia da visão de um mundo global de Mackinder, porém atribuindo-lhe um significado diferente. Ao “Coração da Terra”, *"Heartland"*, Spykman oporia a região das fímbrias, *"Rimland"*, que significava a orla marítima do Velho Mundo que cercava a “Ilha do Mundo”, a Eurásia. Para Spykman, a política de segurança da Eurásia fundamentava-se no controle do *"Rimland"* e não no domínio do *"Heartland"*, como defendia Mackinder. Por isto o seu postulado era: *“Quem controlar os espaços periféricos, o `Rimland`, dominará a Eurásia; quem dominar a Eurásia, controlará os destinos do Mundo.”* Spykman considerava que a posição estratégica dos EUA, bi-oceânica, com acesso franco ao Pacífico e ao Atlântico seria insuficiente para garantir a sua Segurança. A partir desta constatação seria necessário assegurar alianças com países amigos, para ocupar as bordas da Eurásia, as quais denominou justamente de “fímbrias”.

George Kennan, também norte-americano, em complemento à “Teoria das Fímbrias”, desenvolveria a denominada “Teoria da Contenção” que visava apresentar uma base teórica à ameaça, para os EUA, que representava a ocupação do *"heartland"* pela antiga URSS, durante a Guerra Fria. Os EUA formularam e conduziram sua Política de Segurança Nacional, ao longo deste período histórico, procurando sempre conter o expansionismo soviético, por meio de alianças com os países de sua esfera de influência. O resultado mais expressivo desta política de segurança seria a criação da NATO.

Sob outro ponto de vista, mas com o mesmo propósito de garantir segurança, a antiga URSS procurou contrapor-se ao controle dos mares pelos EUA, no âmbito da Guerra Fria. Assim, o Almirante soviético Sergei Gorshkov desenvolveu a “Doutrina de Facilidades Navais” que, em termos sintéticos, defendia a ampliação do Poder Naval russo, principalmente com relação à capacidade submarina e a instalação de bases navais ou a posse de instalações portuárias em países pró-soviéticos, especialmente em África, com o propósito de ameaçar o domínio naval ocidental no Atlântico Norte (Castro, 1996: 9).

Desde então, outras teorias têm aparecido, provocadas pelas mudanças de rumos no Sistema Internacional. Entre estas teorias, destaca-se a do “Choque de Civilizações”, de 1993/1996, de autoria de Samuel Huntington, que advoga a concepção de que os novos



conflitos e guerras seriam marcados, não mais por tensões ideológicas, mas por questões religiosas existentes entre as culturas civilizacionais.

No Brasil, o desenvolvimento da Ciência Geopolítica teria como principais representantes o Professor Everardo Backheuser, Elyseo de Carvalho, Francisco de Paula Cidade, Delgado de Carvalho, General Mário Travassos, General Carlos de Meira Mattos, General Golbery do Couto e Silva e a Professora Therezinha de Castro (Freitas, 1999:85). Os conhecimentos e ideias expostos em vários trabalhos de parte destes mestres, com destaque para o Prof. Backheuser, o General Carlos de Meira Mattos e a Prof^{ra}. Therezinha de Castro foram empregados, como base científica, para a produção deste trabalho de investigação.

Em tempo mais recente, destaca-se sobretudo a competência da obra intelectual, neste ramo da Ciência, de dois oficiais de Marinha: o Almirante Mário César Flores e o Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal (1928-2009). Particularmente, o Almirante Vidigal, recentemente falecido, já é reconhecido em vários fóruns académicos, como um dos mais importantes e respeitados estudiosos da Ciência Geopolítica no Brasil. Este insigne Almirante sempre procurou demonstrar a importância da condução política do País, em termos estratégicos, com um destaque para o valor do mar, como factor fundamental para o desenvolvimento económico social e para a Defesa Nacional brasileira.



Apêndice B

As principais LCM que cruzam as águas da “Amazônia Azul”

A importância estratégica do TM para o Brasil extrapola geograficamente as AJB, ao permitir a conexão do País com o Mundo, em termos comerciais. As seguintes LCM estabelecem a ligação das águas e portos da “Amazônia Azul” com os Oceanos da Terra:

- Rota dos portos do Brasil para o Mediterrâneo e portos ocidentais da Europa e portos da América do Sul, por onde circulam mais de 50% das exportações brasileiras;
- Rota do Caribe e do Golfo do México, empregada para importação de petróleo;
- Rota do Oceano Índico e do Extremo Oriente para o Brasil, por onde trafega grande parte das importações brasileiras de petróleo proveniente do Golfo Pérsico e também por onde circula parte das exportações brasileiras, principalmente de minério de ferro para o Extremo Oriente;
- Rota dos portos do Brasil para o Golfo da Guiné, por onde trafegam parte das importações brasileiras de petróleo;
- Rota do Oceano Índico ou do Extremo Oriente para o Caribe, Golfo do México e portos da costa leste dos EUA, por onde passam importações de petróleo para os EUA;
- Rota do Oceano Índico ou do Extremo Oriente para o Mediterrâneo e portos ocidentais da Europa, por onde circulam petróleo e materiais estratégicos para a Europa (Boehmer Jr., 2009: 9).



Apêndice C

“Trampolins Insulares” no Atlântico Sul

A eminente Professora Therezinha de Castro destacou a importância geoestratégica dos espaços localizados no Atlântico Sul, por ela denominados como “Trampolins Insulares” (1996: 23)

a) O triângulo formado pelas ilhas de Ascensão/Santa Helena/Tristão da Cunha, de posse da Inglaterra, considerado como ponto de apoio fundamental à Rota do Cabo, na passagem das LCM do Oceano Índico para o Atlântico.

b) O triângulo formado pelas ilhas *Shetlands/Georgias/Sandwiches/Orcadas*, também de posse da Inglaterra, localizado no corredor vital da bacia aberta do Oceano Glacial Antártico.

c) O triângulo formado pelos arquipélagos de Fernando de Noronha/Trindade/Malvinas com posições que afectam a costa sul-americana. Os dois primeiros fazem parte do território nacional brasileiro e são considerados como as “sentinelas avançadas do Atlântico”, no enquadramento da concepção geoestratégica do Brasil. O terceiro arquipélago pertence à Inglaterra, porém tem a sua soberania contestada pela Argentina, o que levou essas duas nações à “Guerra das Malvinas” em 1982.

Ressalta-se que o Arquipélago das Malvinas, que dista acerca de 378 MN do litoral argentino, ocupa uma posição chave no controle da junção dos Oceanos Atlântico e Pacífico. A Passagem de Magalhães e o *Drake*, ambos no limite do cone sul-americano, são pontos focais para a navegação mercante e militar-naval. Salienta-se que são passagens obrigatórias para grandes navios aeródromos em trânsito entre esses dois Oceanos.

Em um contexto geoestratégico, constata-se que somente os países que possuem efectiva soberania sobre bases avançadas no Atlântico Sul são o Brasil e a Inglaterra.

A figura a seguir demonstra sinteticamente o posicionamento espacial dos “Trampolins Insulares” no Atlântico Sul.

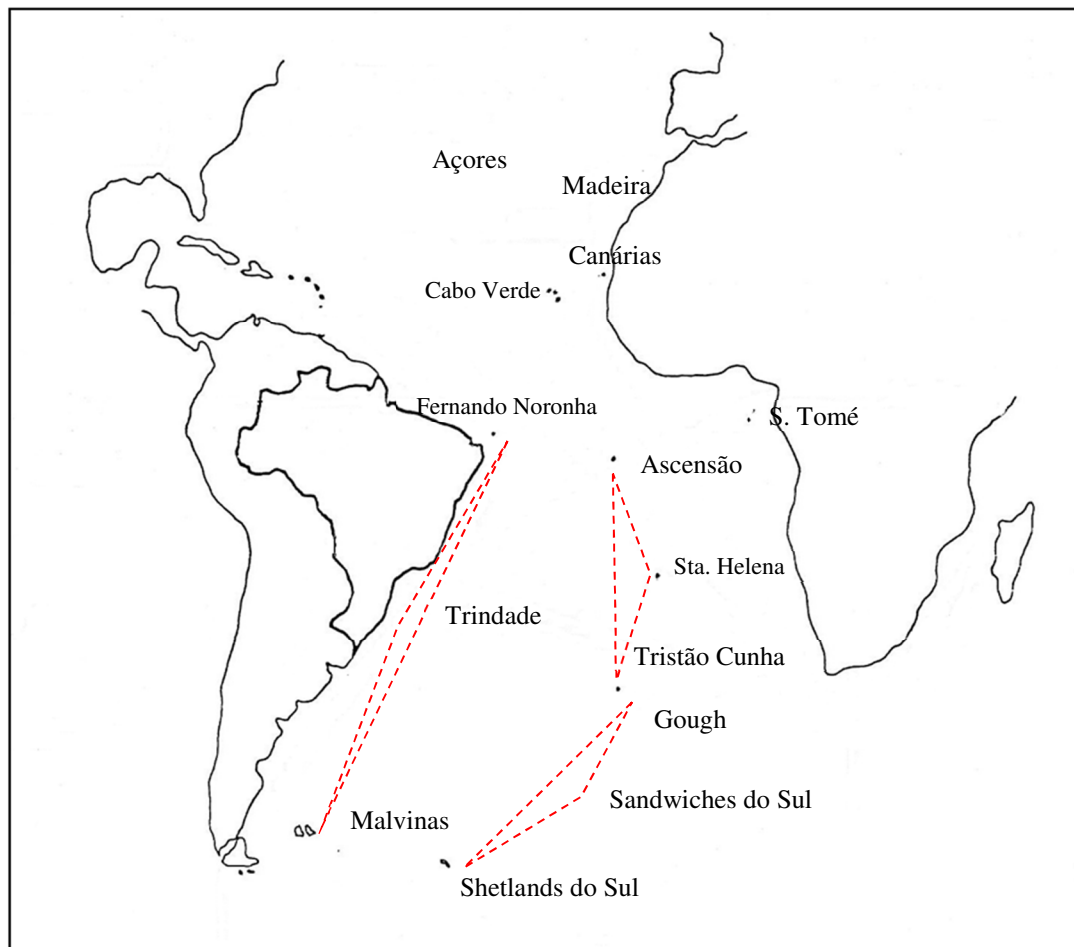


Figura nº 2 – “Trampolins Insulares” no Atlântico Sul



Apêndice D

Acordos e tratados internacionais voltados para a Segurança e Defesa na América do Sul

No campo político das RI, destaca-se que o Brasil valoriza a ligação e o firme entendimento com os países da América do Sul, os da África Austral e os de língua portuguesa, especialmente, com Portugal.

Segundo palavras do eminente Prof. Dr. Moniz Bandeira, em entrevista exclusiva para este autor, verifica-se que: *“O objectivo estratégico do Brasil é integrar a América do Sul não apenas como espaço económico, mas igualmente como um espaço geopolítico, de modo a transformá-la numa potência e obter melhor inserção mundial e aumentar o poder de negociação e competição com outros grandes espaços económicos, tais como União Europeia, China, Estados Unidos, Rússia e Índia. O Brasil é um pólo de poder na América do Sul, em torno do qual todos os países da região tendem a gravitar”*.

Neste sentido, com relação a medidas efectivas relacionadas à segurança na América do Sul, cabe ressaltar a existência dos seguintes tratados e acordos internacionais, dos quais o Brasil é um importante integrante:

a) Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) - tratado firmado em 1986, no âmbito da ONU, por iniciativa do Estado Brasileiro, com os propósitos de preservar a paz e estimular a cooperação regional entre os 24 estados ribeirinhos existentes na área geopolítica do Atlântico Sul (ver representação gráfica no Anexo I) e de preservar esta área tanto afastada da corrida armamentista, quanto da presença de armas nucleares e de qualquer forma de confronto oriunda de outras regiões (Castro, 1996: 32).

b) União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) - acordo regional que aprovou em 2008, a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, por iniciativa do Estado Brasileiro, com o propósito de consolidar o continente como zona de paz e cooperação, livre de conflitos, no momento em que esta região ganha protagonismo no contexto internacional. Ressalta-se que segundo o mesmo Prof. Dr. Moniz Bandeira: *“O Conselho de Defesa Sul-Americano tem um grande papel a desempenhar na coordenação e colaboração militar com os demais países, emancipando-se da dependência dos Estados Unidos. E a garantia do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação depende, fundamentalmente, do Brasil, com o apoio da Argentina e entendimento com a África do Sul”*.



c) Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS) - tratado firmado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em 1967, que tem como propósito estratégico a manutenção da segurança do TM, em uma concepção de cooperação hemisférica do Continente Americano como um todo, com apoio dos EUA. As medidas de protecção ao TM incluem, basicamente, a organização e defesa de comboios marítimos, em situações de crises político-estratégicas ou de conflitos armados e, em tempo de paz, a monitorização e acompanhamento permanente do TM nas áreas marítimas do AS sob responsabilidade desses quatro países. A MB mantém activada permanentemente a estrutura do Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo, com sede no Rio de Janeiro, que basicamente tem como missão contribuir para a segurança do TM de interesse do País e de atender a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil neste contexto (disponível no *site*: www.comcontram.mb).

d) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – organização criada, em Julho de 1996, que conta com a participação do Brasil, estado que a idealizou, Portugal, países africanos de língua oficial portuguesa e Timor Leste. A CPLP não incluiu na sua declaração constitutiva o tema da cooperação em assuntos de Defesa. Contudo, logo em 1999 foi criado um Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa. Em 2006, foi aprovado o Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa, o qual define os princípios gerais neste campo entre os seus estados-membros (ver representação gráfica no Anexo II).



Apêndice E
Percurso Metodológico

Amazônia Azul: espaço geopolítico do Brasil no Atlântico		
Questão Central Quais são os desafios a serem superados pelo Brasil, no domínio da Defesa, para garantir a soberania sobre a “Amazônia Azul”, como seu espaço geopolítico?		
Questão Derivada 1 Qual é a importância das teorias geopolíticas clássicas na concepção do conceito “Amazônia Azul” ou esta ideia não passaria de um mito?	Hipótese 1 Constata-se que o emprego das teorias geopolíticas clássicas, associadas a determinados factores da História do Brasil, permitiram a base científica para a criação do conceito “Amazônia Azul”, sem o que, esta ideia seria configurada apenas como um posicionamento corporativo que, por conseguinte, não teria como sustentar-se. Assim, apesar de a expressão ter sido cunhada inicialmente no âmbito restrito da MB, a “Amazônia Azul” não é um mito. É uma realidade geopolítica que detém factores que poderão contribuir decisivamente para o Bem Comum (Brasil, 1999: 30) da Nação Brasileira.	Hipótese validada no Capítulo 1: Pág. 19
Questão Derivada 2 Quais são os interesses reais do Brasil e, por outro lado, o factor	Hipótese 2 Constata-se que a “Amazônia Azul” emerge como uma fonte	Hipótese validada no



condicionante essencial em relação à “Amazônia Azul”?	estratégica para o desenvolvimento económico e social do Brasil, em face dos recursos energéticos, reais e potenciais, existentes nesta área, bem como pelas riquezas que cruzam suas águas constantemente através do TM. Assim, a manutenção da soberania sobre tal área marítima configura-se como essencial para o Brasil.	Capítulo 2: Pág. 29
Questão Derivada 3 Que desafios se colocam perante o País e como o Estado Brasileiro e, em especial, a MB podem superá-los para garantir o domínio soberano sobre a “Amazônia Azul”?	Hipótese 3 Verifica-se que há desafios no campo da Defesa que o Brasil e, especialmente a MB, necessitam superar, para assegurar a defesa e dissuadir pressões que venham a incidir sobre o domínio soberano da “Amazônia Azul”. Esta questão requer do Estado Brasileiro um decidido posicionamento político para que os legítimos interesses estratégicos da Nação, nesta área, possam ser garantidos.	Hipótese validada no Capítulo 3: Pág. 43

Anexo II

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

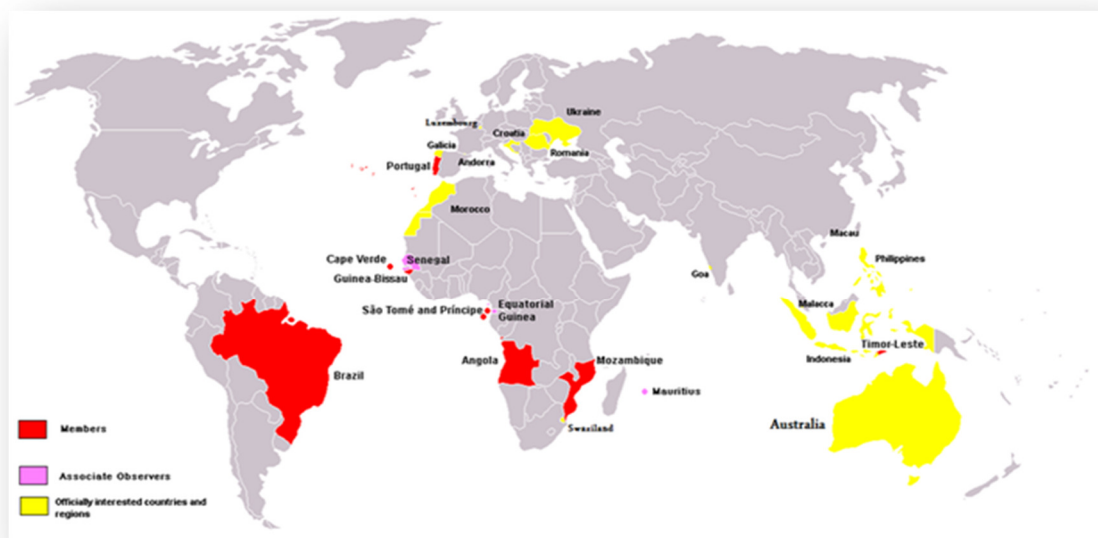


Figura nº 4 – Representação geográfica espacial da CPLP (fonte: *Wikipedia*)